Governo inicia combate aos criminosos

Lula manda bloquear garimpo ilegal para proteger yanomamis

Genocídio deliberado para crime organizado saquear ouro do Brasil

O presidente Lula determinou, na segunda-feira (30), o bloqueio do tráfego aéreo e fluvial na região da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, como medida para proteção dos indígenas e combate ao garimpo criminoso. Essas e outras iniciativas "visam combater, o ma0is rápido possível, o garimpo ilegal e outras atividades criminosas na região, impedindo o transporte aéreo e fluvial que abastece os grupos criminosos". Lula planejou as ações em reunião com ministros, o comandante da Aeronáutica e a presidente da Funai. **Pág. 3**

AFP

Mais de mil indígenas foram resgatados à beira da morte, provocada por desnutrição e doenças evitáveis

HORA DO POVO
ANO XXXIII - Nº 3.891 1 a 7 de Fevereiro de 2023

Empregados da Eletrobrás querem que governo reassuma a empresa

A Associação dos Empregados da Eletrobrás (AEEL) divulgou uma nota à imprensa denunciando que os grupos que deram calote na Americanas são os mesmos que controlam de fato a Eletrobrás. A divulgação da nota foi motivada "diante da necessidade de mostrar para a sociedade o grande número de fundos internacionais com ações simultâneas da Eletrobrás e da Americanas e os riscos interpostos para todos nós em função de práticas de gestão temerária da 3G". **Página 2**

Leopoldo Silva - Senado

"Barramos a pretensão de se implantar uma ditadura no país", afirma Pacheco

A "posição firme em defesa da democracia é o grande legado que o Senado deixa para essa quadra histórica e triste do Brasil, em que houve a pretensão concreta da ruptura institucional e da implantação de uma ditadura", afirmou o presidente do Senado e candidato à reeleição, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em entrevista à Folha de São Paulo. **Página 3**

José Cruz - ABr

Presidente reforça diálogo e reúne governadores de novo

Uma coisa simples, o presidente se reunindo com os governadores do país para dialogar sobre prioridades. Simples mas emblemático: o Brasil volta à civilidade, após 4 anos de barbárie. Na reunião, os governadores apontaram como pauta prioritária a volta da incidência do ICMS sobre o combustível e outros itens, para preencher o rombo de superior a R$ 36 bilhões aberto pelo governo Bolsonaro. **Página 3**

Juro elevado e inflação afetam a confiança do empresário do comércio, aponta pesquisa CNC

"O comércio de bens e serviços, que representa grande parte do PIB brasileiro e gera a maioria dos postos de trabalho formal, sente o desaquecimento das vendas provocado pela combinação da inflação persistente com os juros elevados", afirma José Roberto Tadros, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). **Página 2**

Relatório de Ricardo Cappelli detalha como Torres favoreceu terroristas e sabotou segurança

AFP

O interventor federal na segurança pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli (foto), divulgou o relatório sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro, em Brasília e o papel deletério do então secretário de segurança pública, Anderson Torres. **Página 3**

"Ataque a hospital de Lugansk é crime de guerra ucraniano"

A afirmação é do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, após bombardeio premeditado de foguetes ucranianos contra o hospital de Novoaidar, na República Popular de Lugansk (RPL). Os foguetes foram doados pelos EUA. **Pág. 7**

Privatização do saneamento no RJ elevou tarifa e desempregou

Paulo Sérgio Farias, vice-presidente do Sindicato que inclui os trabalhadores da Cedae e presidente da CTB-RJ, em entrevista exclusiva. **Pág. 5**

Lula barra envio de munição para regime de Kiev

Pág. 3

Empregados querem que governo reassuma controle da Eletrobrás

Foto: Marcos Santos/USP

25,5 milhões estão vivendo de bico

Desemprego força milhões a se virarem por conta própria

O desemprego é a principal motivação para mais de um terço dos brasileiros que optam pelo trabalho por conta própria, segundo dados de uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), em dezembro.

De acordo com a Sondagem do Mercado de Trabalho do Ibre, com dados dos últimos meses do ano passado, entre as motivações apontadas pelos brasileiros para o exercício de atividade de trabalho por contra própria está a falta de alternativa de um emprego com carteira assinada (32,1%), em seguida a vontade de ter mais independência (22,9%), flexibilidade no trabalho (13,6%) e uma fonte de renda extra (12,3%). A pesquisa foi realizada com cerca de duas mil pessoas com mais de 14 anos em todo o território nacional.

De acordo com a pesquisa. "apenas um terço dos entrevistados (33,5%) sempre pertenceram a esta categoria". Mais da metade dos trabalhadores (57,1%) reportaram terem sido trabalhadores com carteira assinada.

"A proporção de trabalhadores que sempre foi conta-própria é maior entre trabalhadores com menor nível de escolaridade, alcançando 34,4% entre os trabalhadores com ensino fundamental; 36,1% entre aqueles com ensino médio; e caindo a 28,1% para quem possui ensino superior", aponta a pesquisa.

Para quem está na informalidade do trabalho, ficar doente ou incapacitado é a principal preocupação (58,6%).

Leia mais no site do HP: https://horadopovo.com.br/desemprego-forca-milhoes-a-se-virarem-por-conta-propria-aponta-fgv-ibre/

Josué se consolida na presidência da Fiesp

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Josué Gomes da Silva, e Paulo Skaf, ex-presidente da entidade, divulgaram na 5ª feira (26) uma nota conjunta onde afirmam que decidiram fortalecer a entidade e impulsionar, a partir dela, o processo de reindustrialização do País, "fundamental para o avanço socioeconômico e a realização das mais nobres aspirações de nossa população".

Na nota, ele conclamam a todos que "abandonem eventuais diferenças e se unam a nós nesta jornada, com a certeza de que estamos fazendo o melhor pela Fiesp e pelo Brasil".

Em agosto do ano passado, Josué Gomes lançou o manifesto da Fiesp "Em Defesa da Democracia e da Justiça", assinado por centenas de entidades empresarias e movimentos, incluindo Febraban (Federação Brasileira de Bancos), OAB-SP, Greenpeace, WWF e as universidades USP, Unicamp, Unesp e PUC-SP. O documento lido no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) destacava "o papel do Judiciário brasileiro, em especial do Supremo Tribunal Federal, guardião último da Constituição, e do Tribunal Superior Eleitoral", que sofria ataques e ameaças golpistas do governo Bolsonaro.

Leia mais: https://horadopovo.com.br/josue-gomes-se-consolida-na-fiesp-apos-acordo-com-a-oposicao/

Foto: Fiesp

Josué Gomes da Silva, presidente da Fiesp

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio,67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Foto: Divulgação

AEEL denuncia o "assalto a maior empresa de energia elétrica da América Latina

Eles denunciam que "os grupos que deram calote na Americanas são os mesmos que controlam de fato a Eletrobrás"

A Associação dos Empregados da Eletrobrás (AEEL) divulgou uma nota à imprensa na sexta-feira (27) denunciando que os grupos que deram calote na Americanas são os mesmos que controlam de fato a Eletrobrás.

AMERICANAS E ELETROBRÁS

A divulgação da nota foi motivada "diante da necessidade de mostrar para a sociedade o grande número de fundos internacionais com ações simultâneas da Eletrobrás e da Americanas e os riscos interpostos para todos nós em função de práticas de gestão temerária da 3G", dizem os empregados da empresa de energia.

"A recuperação judicial e os indícios contundentes de fraudes capitaneadas pelos três bilionários donos da Americanas deveriam promover profundas reflexões aos acionistas, banco e as instituições de Estado sobre os riscos interpostos na Eletrobrás", alerta a entidade.

"Em relação às fraudes, somos solidários aos grandes críticos do modus operandi da 3G, sejam grandes credores, como BTG, BNDES, BB, Itaú, Bradesco, BNDES, que tiveram que ler uma carta ofensiva e irônica escrita pelo trio no fim de semana (eximindo-se de responsabilidade), sejam pequenos credores, investidores, fornecedores. Na condição de associação de empregados, somos solidários aos milhares de empregados da Americanas, vilipendiados por uma gestão torpe e antiética", prossegue a nota.

A AEEL é categórica e dá o seu alerta: a mesma 3G da Americanas manda e desmanda na empresa Eletrobrás!

3G MANDA E DESMANDA NA ELETROBRÁS

"Após a capitalização da Eletrobrás, a 3G capitaneou a formação de uma chapa única ao Conselho de Administração, que demonstra cabalmente um acordo de acionistas para, simplesmente, definir o CA, responsável por todas as decisões estratégicas, conforme o estatuto social da companhia. No "Acordão", Paulo Guedes e o ministro Bento Albuquerque, do MME, nomearam Marcelo de Siqueira e Marisete Dadald, seus braços direitos dentro da chapa, demonstrando como o governo fascista participou deste conluio", denunciou.

"Com o perdão da palavra, seria uma demonstração de "cegueira e omissão" se as instituições de Estado, com os novos quadros nomeados em 2023, não se posicionarem sobre os atos lesivos ao erário em função da esterilização das ações da União e os riscos de serem impactados por decisões de terceiros", diz a AEEL.

"A União tem 43% das ações e só 10% de poder de voto (1 ação, 0,23 voto), se comparado a um investidor privado que tenha até 10% das ações ordinárias (1 ação, 1 voto), o que faz com que a União seja um acionista de "quarta categoria" pois seu voto vale menos que ¼ dos demais, operação esta que não encontra amparo em nenhum dos mercados de capitais, tamanha a forma grotesca que vilipendia os bens e direitos da União" prosseguem os funcionários.

"Fazendo um paralelo", diz a AEEL, "a União, na Eletrobrás, é uma "Rainha da Inglaterra na hora de votar" e o "maior devedor no caso de uma recuperação judicial". Acreditamos que nem nos países mais atrasados do mundo, o Estado é um mero telespectador de decisões de terceiros sobre o seu patrimônio, capaz de deixar o país as escuras. TCU e AGU: não dá para cruzar os braços!"

"Não dá para o TCU pedir para União rever a questão dos leilões de térmicas enquanto o mais grave da lei da privatização não foram os jabutis, e sim, o assalto a maior empresa de energia elétrica da América Latina!", assinalam os empregados da Eletrobrás.

A AEEL adverte que "a 3G na Eletrobrás segue a mesma linha da Americanas: um preferencialista no papel que exerce o papel de grande ordinarista de fato. Hoje, a 3G é mais influente que o próprio presidente do CA. Esta é a posição mais confortável para quem quer se livrar dos riscos de gestão: manda de fato (sem ter as responsabilidades e riscos de quem manda no papel) e tem o direito de preferência garantido. Seria genial se não fosse trágico e criminoso. CVM: não dá para cruzar os braços!"

ESTADO LETÁRGICO

"Lembramos que Wilson Ferreira Pinto, CEO, no pouco tempo que esteve na VIBRA, antiga BR Distribuidora, deu de bandeja à Americanas uma parceria nas lojas de conveniência de milhares de postos. Enquanto o Estado é letárgico em defender a Eletrobrás, a Vibra em uma semana já cancelou sua parceria com a Americanas", prosseguem os signatários da nota.

"Porém, a Americanas derreteu riqueza de gigantes globais. Os três magnatas que "sonham grande" e "ensinam" nos seus livros a "pedalar o pagamento de fornecedores", perderam o "toque de Midas" (aquele que transforma tudo em ouro) para mostrarem sua verdadeira face de "olhos da Medusa" (transformam tudo em pedra, que vira pó)" denuncia a AEEL.

"A Americanas, além de lesar os brasileiros, ferrou acionistas como os velhinhos de fundos de pensão do Alaska, Arizona, Quebec, California, Los Angeles, New York, Philadelphia, Florida, Los Angeles, Austrália, Chicago, Novo México, Ohio, Minnesota, New Jersey, Wyoming, Texas, Utah, Washington, dentre outros", prossegue e nota.

"A Americanas também ferrou fundos gigantes como Abu Dhabi, Bellsouth, Blackrock, Deutsche Asset, Banco Central Europeu, Banco Popular da China, Banco de Custódia Japonês, Fidelity, Franklin Templeton, Goldman Sachs, Fundo Monetário Internacional, Ishares, John Hancock, Legal & General, State Street, The Bank of New York Mellon, Autoridade Monetária de Singapura, Wells Fargo, dentre outros", denuncia a AEEL.

O autores da nota denunciam que a quebra da Americanas "é um assunto de política internacional, afetando imagem do Brasil!"

"Por este motivo", prossegue a AEEL, "deixamos claro: a Eletrobrás controlada pela União é muito mais segura para a sociedade, investidores nacionais e estrangeiros, fornecedores, bancos, fundos de pensão, trabalhadores, bolsas de valores e consumidores!"

Leia a matéria completa no site: https://horadopovo.com.br/empregados-da-eletrobras-querem-que-governo-reassuma-controle-da-empresa/

Juros altos e inflação afetam confiança do empresário do comércio, aponta pesquisa

Inflação e juros altos assombram os empresários do comércio varejista brasileiro, refletindo na queda dos índices de confiança. Segundo dados divulgados na sexta-feira (27) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) atingiu, neste mês de janeiro, seu menor nível desde abril do ano passado. Levando o indicador a 119,0 pontos, esta é a segunda redução consecutiva nos níveis de confiança.

"O comércio de bens e serviços, que representa grande parte do PIB [Produto Interno Bruto] brasileiro e gera a maioria dos postos de trabalho formal, sente o desaquecimento das vendas provocado pela combinação da inflação persistente com os juros elevados", afirma José Roberto Tadros, presidente da CNC. O nível de confiança caiu 3,6% ante dezembro e 1,7% em comparação com o mesmo mês do ano passado.

Segundo a entidade, além dos preços altos e encarecimento do crédito, a falta de movimento no mercado de trabalho e o alto nível de endividamento das famílias estão freando o consumo.

De acordo com pesquisa da CMC sobre endividamento e inadimplência, em 2022, 77,9% das famílias no país contraíram dívidas nas principais modalidades, com destaque para as dívidas com o cartão de crédito, cujo juros ultrapassaram 400% ao ano. Em termos absolutos, a cada 100 famílias, 78 se

endividaram, recorde da série anual iniciada em 2010. "A proporção de famílias com dívidas atrasadas também foi a maior em 12 anos, com juros altos e piora no nível de endividamento", destaca a pesquisa.

Com os juros altos inibindo o crédito e o consumo das famílias, a intenção de investir no negócio registrou a 5ª queda consecutiva entre dezembro e janeiro (-3,9%), a 109,4 pontos. O indicador ainda aponta que 42,4% dos comerciantes pretendem reduzir os investimentos – o maior percentual desde junho de 2022.

O principal destaque é a intenção de reduzir investimentos em produtos duráveis, que registrou uma queda mensal de 5% em janeiro, a 103,4 pontos.

"Os juros permanecerão elevados pelo menos até o terceiro trimestre deste ano, o que deve reverberar negativamente o consumo de bens dependentes do crédito", acresentou Izis Ferreira.

Refletindo nas contratações, houve uma redução mensal de 6,7% na intenção de contratar novos funcionários, a 122,9 pontos. Na comparação anual, a queda foi de 10,4%.

A CNC projeta, para 2023, um crescimento baixo nas vendas do varejo, de apenas 0,8%.

Aloysio Mercadante assume o BNDES com a missão de induzir a reindustrialização do Brasil

O Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou por unanimidade, na quarta-feira (25), o nome do ex-ministro Aloizio Mercadante para a presidência do banco de fomento.

Em dezembro de 2022, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao anunciar a nomeação de Mercadante para o comando da diretoria financeira do BNDES, declarou que para a gestão do principal agente de financiamentos e investimentos do país "nós estamos precisando de alguém que pense em desenvolvimento, de alguém que pense em reindustrializar esse país, em alguém que pense em inovação tecnológica, de alguém que pense na geração de financiamento ao pequeno, ao grande, ao médio empresário, para que esse país volte a gerar emprego".

"Vão acabar as privatizações nesse país. Já privatizaram quase tudo, mas vai acabar e nós vamos provar que algumas empresas públicas vão poder mostrar a sua rentabilidade", afirmou o presidente Lula, na época.

Criado em 1952, no governo Getúlio Vargas, o banco se tornou um patrimônio nacional e um importante impulsionador do desenvolvimento econômico do país.

Com Bolsonaro, o banco foi transformado numa "butique da Faria Lima" e num banco a "serviço das privatizações".

Graduado em economia pela Universidade de São Paulo (USP), além de mestre e doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e professor licenciado de economia da PUC-SP e aposentado da Unicamp, Mercadante foi deputado federal por dois mandatos (de 1991 a 1995 e 1999 a 2003); Senador pelo Estado de São Paulo eleito em 2002, ele chefiou os ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação (2011-2012), da Educação (2012-2014 e 2015-2016) e a Casa Civil (2014-2015).

Além de Mercadante, o Conselho de Administração do BNDES também aprovou os nomes da ex-ministra do Desenvolvimento Social e uma das criadoras do Bolsa Família, Tereza Campello, para a diretoria Social do Banco; Natalia Dias, que atuou como presidente do Standard Bank Brasil, para a Diretoria de Mercado de Capitais; e a funcionária de carreira do BNDES Helena Tenório, que ocupará a Diretoria de Recursos Humanos e Operações. Estes se juntam a outros diretores já nomeados: Alexandre Corrêa Abreu, José Luis Gordon, Nelson Barbosa e Luiz Navarro.

Foto: Marcelo Camargo/ABr

Material escolar está até 30% mais caro este ano

O ano começa com as famílias brasileiras, apertadas pela carestia e baixos salários, tendo que se desdobrar para comprar material escolar. De acordo com estimativa da Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares (ABFIAE), os itens estão entre 20% e 30% mais caros em 2023.

Segundo a entidade, que representa grandes fabricantes de material escolar, itens de papel, como os cadernos, terão reajustes de 20% a 30% este ano, enquanto estimam que lápis, borrachas, canetas, mochilas e estojos sofrerão aumentos da ordem de 15% a 20%.

A explicação, de acordo com a entidade, está na inflação: os preços já estavam 11% mais altos em média em dezembro do ano passado, quase o dobro da inflação oficial do país, medida em 5,9%. Nos últimos doze meses, a alta dos produtos de papelaria é de quase 12%, segundo o IPCA.

Com um mercado fortemente dependente de importações, a entidade afirma também que dólar elevado, a redução de capacidade de produção e aumento da demanda internacional são outros fatores que explicam o encarecimento dos materiais. O petróleo, com impacto sobre os combustíveis, também é citado entre as razões para mais um aumento.

"A gente está realmente num momento complicado envolvendo a inflação, os problemas com matéria-prima desses produtos e também a questão do petróleo esbarrando, fazendo com que os produtos fiquem mais caros", explicou Davi Guedes, advogado da área de Relacionamento do Idec, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, à CBN.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), divulgado esta semana como a "prévia" da inflação de janeiro, aponta para um crescimento de 0,36% no grupo Educação, onde estão reunidos os produtos escolares.

Jean Paul Prates é o novo presidente da Petrobrás

O Conselho de Administração da Petrobrás aprovou nesta quinta-feira (26), por unanimidade, o nome do senador Jean Paul Prates (PT-RN) para a presidência da estatal. Prates foi indicado pelo presidente Lula e aguardava a aprovação do Conselho para assumir, após a renúncia de Caio Paes de Andrade, indicado por Jair Bolsonaro.

O senador renunciou ao mandato no dia anterior e fica na presidência da estatal até a Assembleia dos Acionista, prevista para abril, quando será eleito o novo Conselho de Administração da estatal.

Entre os desafios a serem enfrentados pela atual gestão à frente da principal e estratégica estatal brasileira estão os preços dos combustíveis e as privatizações, acelerada no governo de Jair Bolsonaro com a venda de 64 ativos, entre gasodutos e refinarias.

Os preços dolarizados geraram uma inflação brutal, prejudicando profundamente a população brasileira. A prioridade foi o lucro dos acionistas privados, na maioria estrangeiros, que receberam bilhões em dividendos.

Com a eleição do presidente Lula, entidades como a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) e a Federação Única dos Petroleiros se manifestaram sobre as mudanças na estatal. Leia mais no HP: https://horadopovo.com.br/jean-paul-prates-assume-presidencia-da-petrobras/

Foto: Jefferson Rudy/ Ag. Senado

Senador Jean Paul (PT-RN)

Roque de Sá/Ag. Senado

Presidente do Senado e do Congresso

Barramos a "pretensão de se implantar uma ditadura no Brasil", disse Pacheco

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou neste domingo, em entrevista à Folha de S. Paulo, que a "posição firme em defesa da democracia é o grande legado que o Senado deixa para essa quadra histórica e triste do Brasil, em que houve a pretensão concreta da ruptura institucional e da implantação de uma ditadura".

"A maior obra do Senado nesses últimos dois anos foi a defesa da democracia, das instituições brasileiras, de o Senado não ter se permitido aderir a um discurso de questionamento da Justiça Eleitoral, das urnas eletrônicas. De termos afirmado a todo instante que o resultado da urna seria respeitado e que, no dia 1º de janeiro, o presidente eleito, quem fosse, seria empossado", disse Rodrigo Pacheco.

Para o senador, "Jair Bolsonaro, presidente da República, líder de um segmento de direita, infelizmente não foi capaz de conter o extremismo desse movimento dele". "Movimento que foi capaz de fazer coisas como as que aconteceram no dia 8 de janeiro. Eu não vou ter a leviandade de afirmar alguma responsabilidade direta sobre os atos, porque isso depende de uma apuração", acrescentou.

Ele destacou que houve estímulo ao "radicalismo que se vê hoje, raivoso, com bastante ódio, desrespeito às instituições e às pessoas". "E, em alguns momentos, o comportamento dele [Bolsonaro] na Presidência da República estimulou a divisão e a separação da sociedade brasileira, quando, por exemplo, agrediu o Supremo Tribunal Federal, os seus ministros", assinalou o presidente do Senado.

Pacheco considerou os atos terroristas de 8 de janeiro como arruaça e tentativa de golpe. "Evidentemente que, além da arruaça, da depredação, da invasão, do atentado ao prédio físico e à moral dos Poderes, era um atentado à nação brasileira. E evidentemente os desdobramentos daquilo que nunca antes tinha sido visto poderiam ser inimagináveis. Naquele instante nós não afastamos nenhuma possibilidade", afirmou.

"Eu estava em viagem de férias, já estava atento e monitorando, em razão do trabalho da Polícia Legislativa, que anteviu uma manifestação e algumas afirmações de que poderia haver invasão", contou. "No domingo, eu recebi um comunicado do nosso diretor-geral [da polícia] dizendo que estavam na iminência de invadir o prédio. Imediatamente telefonei para o governador Ibaneis Rocha indagando providências. Ele disse que estava buscando fazer a reação devida e com todas as tropas nas ruas", disse o senador.

"Eu então organizei imediatamente meu retorno ao Brasil porque, desde o primeiro momento, quando recebi as primeiras imagens, já vi a gravidade do fato", prosseguiu Pacheco. "No dia anterior, eu encaminhei uma mensagem ao governador dizendo da nossa preocupação. E ele me respondeu que todas as tropas estariam nas ruas, que ficaria tudo sob controle, para que eu ficasse tranquilo. Por isso a minha convicção de que o governador, nesse episódio todo, pode ter sido induzido a erro", apontou o presidente do Senado.

Sobre a disputa atual para a presidência do Senado, ele fez questão e marcar as diferenças com o candidato bolsonarista. "Eu prefiro falar da minha imagem, do meu propósito. A minha candidatura é a que representa a defesa do Estado de Direito e o fortalecimento da democracia no país", afirmou. "É a candidatura que acredita nas urnas eletrônicas, na ciência, que respeita os pares, que busca a união do país, que busca respeitar as demais instituições, que busca estabelecer limites através da legislação e não do revanchismo, da retaliação a outro Poder", destacou.

Sobre as propostas de reformas de Lula, Rodrigo Pacheco disse que agora vê a possibilidade de aprovação da reforma tributária "porque o governo está empenhado". "Agora nós temos uma manifestação concreta do governo federal de que quer fazer a reforma tributária. As PECs do Congresso nunca tiveram apoio explícito no governo anterior", disse.

"E é fundamental em reforma tributária se ter o apoio explícito e a clareza do que se quer por parte do Executivo, que é o Poder responsável pela arrecadação. O Poder Legislativo é obviamente quem decide, mas isso precisa ser feito a quatro mãos com o Poder Executivo", completou Pacheco.

Comando de Operações da PM de Brasília retardou ação contra terroristas, diz jornal

Notícia veiculada no sábado (28) por Guilherme Amado, colunista do Metrópole, confirma as suspeitas de que a atuação inicial das tropas da Polícia Militar de Brasília nos acontecimentos do dia 8 de janeiro esteve sob um comando inadequado.

Tanto isso é verdade, que assim que houve a intervenção federal na Segurança Pública do DF, a ação da PM contra os terroristas foi rápida e eficaz.

O jornalista informa que a Polícia Civil do Distrito Federal já investiga se o ex-comandante de Operações da Polícia Militar Jorge Eduardo Naime tentou fugir com os filhos por medo de ser preso após os atos terroristas. Naime foi exonerado do cargo que ocupava dias após os atos golpistas. Ele nega as acusações.

O ex-comandante de operações, segundo consta em um registro de ocorrência feito por sua ex-mulher e obtido pelo Metrópole, planejava fugir para a Bahia com sua atual esposa e os filhos do primeiro casamento. A corregedoria da PM já investiga a informação de que Naime teria retardado a atuação da PM no dia dos ataques com o propósito de deixar os terroristas fugirem.

Lula bloqueia garimpo ilegal em defesa dos yanomamis

Ricardo Stuckert/PR

Presidente em reunião com ministros relacionados ao tema

Presidente Lula determinou, na segunda-feira (30), o bloqueio do tráfego aéreo e fluvial na região da Terra Indígena Yanomami durante reunião com ministros

O presidente Lula determinou, nesta segunda-feira (30), o bloqueio do tráfego aéreo e fluvial na região da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, como medida para proteção dos indígenas e combate ao garimpo criminoso.

Essas e outras iniciativas "visam combater, o mais rápido possível, o garimpo ilegal e outras atividades criminosas na região impedindo o transporte aéreo e fluvial que abastece os grupos criminosos".

Lula planejou as ações em uma reunião com ministros de seu governo, com o comandante da Aeronáutica, Marcelo Damasceno, com a presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joênia Wapichana, e com o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Swedenberger Barbosa.

Os ministros Flávio Dino (Justiça), Silvio Almeida (Direitos Humanos), Sônia Guajajara (Povos Originários), Rui Costa (Casa Civil), José Múcio (Defesa), Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) também participaram da reunião.

O tema tem sido tratado com prioridade pelo governo Lula, uma vez que o criminoso tratamento do governo de Jair Bolsonaro, assim como seu apoio aos garimpeiros, levou os yanomamis a um estado de calamidade.

"As ações também visam impedir o acesso de pessoas não autorizadas pelo poder público à região buscando não apenas impedir atividades ilegais, mas também a disseminação de doenças", disse o governo federal em nota.

As medidas deverão ser "feitas no menor prazo, para estancar a mortandade e auxiliar as famílias Yanomami".

Pelas redes sociais, Lula informou as medidas que foram tomadas. "Reunião hoje para discutir a continuidade das ações emergenciais na Terra Yanomami. Vamos atuar firmemente e o mais rápido possível na assistência de saúde e alimentação ao povo Yanomami e no combate ao garimpo ilegal", escreveu.

O bloqueio de tráfego aéreo e fluvial, feito por rio, na Terra Indígena Yanomami servirá para atrapalhar a locomoção e organização do garimpo ilegal.

Depois do desmonte dos serviços de segurança e fiscalização pelo governo Bolsonaro, os criminosos passaram a andar livremente pelas terras indígenas, inclusive construindo estradas e pistas de voo.

A ação dos garimpeiros, aliada ao sucateamento das políticas de assistência aos indígenas, fez com que casos de subnutrição e malária entre os yanomamis se tornassem comuns.

Procuradores do Ministério Público Federal (MPF) divulgaram uma nota demonstrando que o governo Bolsonaro foi alertado da catástrofe humanitária que estava sendo vivida pelos yanomamis, mas decidiu não fazer nada e deixá-los à míngua.

O presidente Lula viajou até a região e declarou emergência em saúde pública para acelerar as ações de proteção. Em poucos dias, mais de mil indígenas foram resgatados para terem atendimento médico emergencial.

Foi montado, em Boa Vista (RR), um hospital de campanha, que conta com estrutura da Aeronáutica. FAB e Exército fizeram operações conjuntas para distribuir alimentos e remédios para os yanomamis.

Presidente em reunião com ministros relacionados ao tema

Cappelli apresenta relatório e detalha como Torres sabotou a segurança do DF em favor dos terroristas

O interventor federal na segurança pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, divulgou nesta sexta-feira (27) um relatório sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro, em Brasília.

Durante a apresentação do documento, Cappelli ressaltou que o então secretário de segurança pública, Anderson Torres, sabia sobre a ameaça de invasão aos três Poderes por criminosos bolsonaristas.

Segundo o interventor, um relatório com essas informações foi entregue a Torres no dia 6, mesma data em que ele viajou para os EUA, antecipando as férias que só se iniciariam na segunda-feira seguinte, 9 de janeiro.

No dia 11 de janeiro, três dias após os atos terroristas contra o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, em entrevista, Cappelli disse havia "fortes indícios de sabotagem de Anderson Torres como um dos principais responsáveis pelo que aconteceu domingo [dia 8]".

O bolsonarista Anderson Torres demitiu "uma série de pessoas na Secretaria" para sabotar a defesa de Brasília e facilitar a ação dos golpistas.

"Ele exonerou uma série de pessoas na secretaria e viajou. Exonera o comando e viaja. Na minha opinião, há fortes indícios de sabotagem de Anderson Torres como um dos principais responsáveis pelo que aconteceu domingo", contou Cappelli em entrevista ao jornal O Globo.

"A Secretaria estava acéfala no dia 8. Conversei com o chefe de gabinete do secretário anterior e ele me disse que, para a operação do dia 1°, eles viraram noites e noites dentro dessa sala fazendo planos, checando, indo, voltando".

"Qual foi o planejamento pro dia 8? O secretário sequer estava aqui e exonerou o comando da secretaria. Houve desmonte do comando da secretaria. O secretário viajou por acaso? Essas ações são coincidência? Não me parece", criticou o interventor.

Nesta sexta-feira, Cappelli reforçou o papel de Torres na desmobilização da polícia para permitir a entrada dos terroristas na praça dos Três Poderes.

"Fica claro o impacto da posse de Anderson torres e da instabilidade que ele gerou na SSP com nomeações e trocas. A questão aqui é de liderança, de comando. O gestor público que lidera a operação deve ter. Tudo isso faltou no dia 8, na melhor das hipóteses", disse Cappelli.

"Quem quiser, que acredite em coincidência, eu só acredito em teoria da conspiração", declarou Cappelli.

RELATÓRIO

O documento de Cappelli traz relatos sobre a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, além de conclusões que podem auxiliar nas investigações.

Segundo o relatório, ficou claro que o comando sabotou, houve "falha operacional" e que as forças de segurança não tinham feito um planejamento de mobilização de forças policiais necessárias para evitar e parar os ataques.

O texto aponta ainda que o acampamento montado em frente ao QG do Exército, no Setor Militar Urbano da capital federal serviu como base para os atos terroristas desde o mês de dezembro de 2022. Segundo Cappelli, o local se tornou uma "minicidade" golpista.

"Todos os eventos, o evento do dia 12 de dezembro, a tentativa de explosão de bomba e bloqueio do aeroporto. Todos os eventos passam de uma forma ou de outra pelo acampamento. Acampamento criminoso que perturbou a ordem pública do DF", afirmou.

"Logo após a posse, há uma redução do acampamento. As investigações vão dizer se foi uma tática. No dia seguinte à posse, há um processo de desmobilização, mas nos dias 6 e 7, ele explode novamente. Em todos esses eventos, esses elementos saíam do acampamento, praticavam atos e depois regressavam para dentro do Setor Militar Urbano", disse.

O interventor afirmou que no dia 6 de janeiro um documento da Secretaria de Segurança Pública já afirmava que os grupos falavam em "tomada de poder" durante os atos e, mesmo assim, a segurança não foi reforçada porque o objetivo era fragilizar para ´permitir os vândalos agirem.

"E aí tá descrito tudo o que poderia acontecer. Está documentado isso. Não faltou informação. Na sexta-feira (6), o gabinete do secretário recebeu a informação", disse.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Presidente reforça a defesa da democracia e diálogo em reunião com os 27 governadores

O presidente Lula se reuniu com todos os governadores do país para ouvir as demandas dos Estados e do Distrito Federal e defendeu um esforço coletivo para "tornar a política brasileira mais civilizada, mais humanista, mas democrática e muito mais solidária".

Os governadores apontam como pauta prioritária a volta da incidência do ICMS, que é um imposto estadual, sobre o combustível e outros itens, para preencher o rombo de superior a R$ 36 bilhões aberto pelo governo Bolsonaro.

Na quinta-feira (26), os chefes de executivos estaduais fizeram uma reunião preparatória e decidiram que a recomposição das perdas no ICMS é um tema "urgente" e que estaria na pauta de discussões na reunião com Lula nesta sexta-feira (27).

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), afirmou que os estados tiveram "perda brutal" por causa da aprovação das leis 192/22 e 194/22, que tinham como objetivo diminuir o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) dos combustíveis.

Segundo Fátima Bezerra, as medidas tomadas na gestão de Bolsonaro têm um "caráter artificial" e trouxeram "graves prejuízos" aos estados. Ele disse também as leis foram aprovadas sem um diálogo com as Unidades Federativas pelo governo Bolsonaro.

No encontro com os governadores, Lula afirmou que esse tema será discutido. "É uma coisa que vamos ter que discutir. Podemos acertar, podemos dizer que não pode ou que pode, mas não vamos deixar de discutir nenhum assunto com vocês".

No encontro desta sexta (27), o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB-RS), disse que a recomposição das receitas estaduais é um ponto crítico.

"Não adianta de um lado ter obras relevantes e de outro lado o estado não ser capaz de pagar contas básicas, na prestação de serviços, na área de educação, saúde, serviços, em razão da receita ter sido impactada por decisões feitas de forma atabalhoada na pressão do momento eleitoral", disse.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), reforçou a importância do debate e disse que o debate sobre o ICMS é uma condição de "sobrevivência".

"Nós vamos mostrar ao povo brasileiro que o ódio acabou. Que o que aconteceu no dia 8 de janeiro não vai se repetir. Vamos recuperar a democracia nesse país, e a essencialidade da democracia é falar o que quer, desde que não obstrua o direito do outro falar. Por isso, eu falo que o Brasil vai voltar à normalidade", disse o Lula.

Lula barra envio de munição do país para tanques da Ucrânia

O presidente Lula negou, em reunião com as Forças Armadas, um pedido de enviar munição para tanques que seria usada pela Ucrânia na guerra contra a Rússia.

O veto de Lula aconteceu em uma reunião no dia 20 de janeiro, junto com o ministro da Defesa, José Múcio, e com os comandantes do Exército, à ocasião, o general Júlio César Arruda, da Marinha e da Aeronáutica.

O pedido de envio de ajuda foi feito pelo primeiro-ministro da Alemanha, Olaf Scholz, que está tentando envolver outros países no conflito provocado pela Otan.

A intenção da Alemanha é que outros países completem sua entrega de armamentos. O país europeu enviará para a Ucrânia 14 tanques Leopard-2. Além disso, liberou a exportação de armamentos para países que queiram doar para a Ucrânia.

O cálculo do Exército é que o Brasil gastaria R$ 25 milhões no envio de um estoque de munições para Leopard-1, que tem um canhão de calibre 105mm.

Lula tem mantido uma posição de neutralidade em relação ao confronto, o que colocou o país em uma posição de diálogo com os dois lados.

Em entrevista, Lula apontou que a Otan, os Estados Unidos e a Europa, assim como o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, têm participação na disputa que levou à guerra.

O governo da Ucrânia já colocou Lula em uma lista de personalidades que divulgam "propaganda russa".

Bolsonaro elogiou a cavalaria americana por "ter dizimado seus índios no passado"

Bolsonaro já havia demonstrado todo o seu desprezo pelos povos originários do Brasil quando disse, assim que assumiu o governo, que não demarcaria mais nenhuma terra indígena no país. "Eles já têm terra demais", dizia em seus discursos. Sua intimidade com garimpeiros ilegais que invadiam as terras indígenas também revelava sua opção pelos criminosos.

O que não se sabia, ou pelo menos não havia uma lembrança nítida, é que ele já havia defendido explicitamente a extinção física dos índios brasileiros. "Até vale uma observação neste momento: realmente, a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e, hoje em dia, não tem esse problema em seu país", disse Bolsonaro, referindo-se ao sangrento extermínio dos índios pela "cavalaria americana".

Logo em seguida, para disfarçar o mal estar criado por sua fala, afirmou que "se bem que não prego que façam a mesma coisa com o índio brasileiro; recomendo apenas o que foi idealizado há alguns anos, que seja demarcar reservas indígenas em tamanho compatível com a população". Afirmou não pregar, mas elogiou os americanos pelo extermínio e, assim que chegou ao poder, agrediu de forma direta os yanomamis.

A afirmação de Bolsonaro é tão monstruosa que se pensou até que pudesse ser uma fake news. Não era. Ele pregou mesmo a morte dos índios. As empresas de checagem confirmaram o pronunciamento contra os índios em 15 de abril de 1998, quando ainda era deputado federal pelo PPB (atual PP). O conteúdo foi republicado no Diário Oficial da Câmara no dia seguinte.

Agora, com a saída de Bolsonaro do governo, vieram a público imagens chocantes de um verdadeiro genocídio contra a população yanomami. Centenas de crianças e adultos morrendo de desnutrição, sem nenhum apoio por parte do governo federal. Pelo contrário, os povos yanomamis foram cercados pelo terror dos garimpeiros criminosos, que, com apoio de Bolsonaro, poluíram suas águas, levaram doenças para suas tribos e incendiaram postos de saúde.

O resultado é que mais de mil yanomamis estão em estado grave, sendo atendidos pelo hospital de campanha montado pelo Exército brasileiro na capital de Roraima. Logo que assumiu a Presidência, Lula foi ver de perto a tragédia desses povos e deu ordens para a retomada imediata dos atendimentos suspensos por Bolsonaro. Lula determinou também o bloqueio dos rios que abastecem os garimpeiros.

MPF: Governo Bolsonaro decidiu não fazer nada pelos yanomamis

Segundo o procurador Alisson Marugal, "havia tentativa de ocultar o problema que o Ministério da Saúde sabia que era muito grave". Procuradores dizem que essa tragédia humanitária pode "caracterizar hipótese de genocídio"

"Encontramos muita resistência na Secretaria de Saúde Indígena contra medidas que pudessem dar visibilidade à gravidade do crime", diz o MPF

O Ministério Público Federal (MPF) afirmou que o governo Bolsonaro estava totalmente ciente da catástrofe humanitária que vivia o povo yanomami, mas decidiu não fazer nada para salvar a vida daquelas pessoas, mesmo com decisões judiciais.

Em nota, o MPF disse que a catástrofe, que levou à morte, nos quatro anos de governo Bolsonaro, mais de 570 crianças por desnutrição, "resulta da omissão do Estado brasileiro em assegurar a proteção de suas terras" e pode ser caracterizada como genocídio.O documento demonstra que o Ministério Público em Roraima enviou, para o Ministério da Saúde, relatórios e orientações no sentido da "reestruturação da assistência básica de saúde" na Terra Indígena.

Em 2021, os procuradores já recomendaram ao Ministério da Saúde a "reformulação de seu planejamento institucional, a contratação de mais profissionais de saúde para as áreas estratégicas e o desenvolvimento de planos de ação para os principais agravos de saúde verificados", especialmente a mortalidade infantil, malária e subnutrição.

Em novembro de 2022, um novo documento enviado ao governo federal informou "a constatação de deficiências na prestação do serviço de saúde ao povo Yanomami".

"Além dos danos à saúde e segurança alimentar aos povos Yanomami e Ye'kuana, a atividade garimpeira ameaça povos em situação de isolamento que também habitam a TI [Terra Indígena] Yanomami"

A nota é assinada pelos subprocuradores-gerais da República Eliana Peres Torelly de Carvalho, Ana Borges Coêlho Santos e Francisco Xavier Pinheiro Filho, além do procurador Alisson Marugal.

Em novembro, o MPF se comunicou com o então vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, para que o novo governo pudesse agir no enfrentamento a essa tragédia humanitária, que pode "caracterizar hipótese de genocídio, inclusive passível, em tese, de responsabilização internacional do Estado brasileiro".

Os procuradores do MPF em Roraima, Alisson Maruga e Matheus Andrade, deram uma entrevista coletiva à época para comentar o caso. Segundo eles, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) tentava abafar o caso.

Bueno afirma que existe o risco de extinção das comunidades indígenas atingidas pelo garimpo. "O que dá para reconhecer é que a situação que as crianças se encontravam impedia a comunidade de se renovar".

Os procuradores citaram outro caso em que o garimpo e o descaso do governo fez com que um agrupamento indígena diminuísse de 40 para 25 membros.

Segundo Marugal, "havia tentativa de ocultar o problema que o Ministério da Saúde sabia que era muito grave". O governo Bolsonaro se recusou a abrir uma "sala de situação" para estudar e combater os problemas. "Encontramos muita resistência na Secretaria de Saúde Indígena contra medidas que pudessem dar visibilidade à gravidade do crime".

"O que observamos nos últimos anos foi o falecimento de muitas crianças decorrente da desnutrição. Em 2022, que foi o ano do caos, o número de remoção de crianças yanomami para hospitais de Boavista explodiu. Por causa de subnutrição, de outubro de 2021 a novembro 2022, foram 300 crianças removidas, um aumento de 150%. De 2016 a 2021, foram 450 crianças de até 4 anos removidas, mas em 15 meses até novembro de 2022 foram 300", acrescentou.

Os dois contaram que, em 2020, o Ministério da Saúde do governo Bolsonaro cortou o fornecimento de alimentos através dos postos de saúde, o que lhes deu suspeita de que algo estava errado.

Para Marugal, "havia falta de compreensão e sensibilidade com os yanomami, sem falar da questão da exumação dos corpos, que desrespeitava a cultura e tradição dos indígenas".

"No início de 2022, sobrevoamos a região e alertamos, pela primeira vez, com o termo crise humanitária. Os indígenas e profissionais diziam que não existiam medicamentos e no depósito de Boa Vista observamos medicamentos parados, estranhamente. Por isso, instauramos inquérito e identificamos grande esquema que gerou desabastecimento generalizado", explicou.

O procurador Alisson Marugal ainda destacou os problemas enfrentados, além do governo federal, com o governo estadual de Roraima, desde declarações simpáticas ao garimpo por parte do governador Antonio Denarium, à sanção de leis que fragilizavam a proteção ambiental, como a lei que proibia a destruição de equipamentos apreendidos em operações contra o garimpo, texto que foi posteriormente declarado inconstitucional.

Membros do governo Bolsonaro fizeram um contrato fraudulento com uma empresa que desviava medicamentos que deveriam ir para os postos de saúde que atendem os indígenas.

O presidente Lula foi até Roraima para visitar as comunidades indígenas atingidas pelo desprezo do governo Bolsonaro. "É desumano o que eu vi aqui", falou.

"Sinceramente, o presidente que deixou a presidência esses dias, se ao invés de fazer tanta motociata, tivesse vergonha e viesse aqui uma vez, quem sabe esse povo não estivesse tão abandonado como tá", continuou.

Bolsonaro debochou da tragédia, comprovada por fotos e vídeos de idosos e crianças atingidos pela fome, e disse que é "farsa da esquerda".

"Política anti-indígena foi encorajada na Funai pelo governo Bolsonaro", diz Joenia Wapichana

Houve todo um encorajamento para reverter a obrigação da Funai, encorajar invasões e flexibilizar regras, ressalta a deputada federal eleita que já foi anunciada como próxima presidente da Funai

Crianças desnutridas no território dos yanomami

A deputada federal e futura presidente da Funai, Joenia Wapichana (Rede-RR), afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cumpriu a promessa de 2018 de dar uma "foiçada" na Funai e promoveu uma política anti-indígena.

"Essa foiçada é um sucateamento, é um desmonte. A política anti-indígena foi bastante encorajada dentro da Funai, hoje a Funai se encontra totalmente sucateada", disse Joenia.

Segundo a futura presidente da Funai, os servidores e lideranças indígenas não conseguiram entrar na sala da presidência por quatro anos e houve "todo um encorajamento para reverter a obrigação da Funai, encorajar invasões e flexibilizar regras".

Joenia destacou que o governo Bolsonaro colocou "militares para gerir e facilitar invasões, entrada de pessoas para explorar e, por outro lado, perseguiu indígenas quando denunciaram em tribunais internacionais".

Com relação à situação dos yanomamis, a deputada ressalta que era possível ter salvo a vida dos indígenas pela quantidade de alertas feitos. "Essa tragédia que estamos vendo já tinha sido avisada e alertada. Todas as autoridades já tinham conhecimento e não foi por falta de denúncia dos povos indígenas, yanonamis, das próprias organizações e da própria comissão externa que apurou a responsabilidade naquele momento. Muitas denúncias foram encaminhadas por ações judiciais".

Relatórios apontam ligação de integrantes do governo com garimpeiros

Corroborando com as declarações da futura presidente da Funai, dois relatórios preliminares de inteligência do órgão produzidos desde 2019, no início do governo Bolsonaro, mostram que militares foram comprados por garimpeiros para fornecer informações sobre operações em Terras Yanomamis, que hoje está em estado de emergência em decorrência do avanço do garimpo ilegal.

Os relatos foram tomados no âmbito da 5ª fase da Operação Ágata e dão conta que muitos desses garimpeiros possuíam grau de parentesco com militares que atuavam no Sétimo Batalhão de Infantaria da Selva (BIS), em Roraima e renegaram a tradição do Marechal Rondon, de respeito aos povos indígenas.

Apesar de todas as provas colhidas, não se tem notícia de nada que foi feito para conter os criminosos, de acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo, publicada nesta quinta-feira (26).

Os depoimentos contidos nos documentos mostram que a relação entre garimpeiros e militares que desonram a sua farda e toda a sua tradição que tem início no respeito aos povos indígenas garantido desde os tempos do Marechal Rondon, consistia na troca de informações sobre a realização de operações de combate ao garimpo. O vazamento de informações era feito com base no pagamento de propina em dinheiro vivo ou em ouro.

Em muitos casos, as informações sobre as operações eram antecipadas por meio de um grupo no aplicativo de mensagens WhatsApp, onde os garimpeiros recebiam imagens da saída das tropas e os trajetos que seriam feitos. Assim, os criminosos esvaziavam os locais antes da chegada da fiscalização.

"[Meu chefe] possui diversos militares comprados que trabalham como informantes", relatou uma das fontes em depoimento à Funai. Outro relato apontou que um garimpeiro paga pelo menos 10 gramas de ouro mensalmente a militares em troca das informações.

De acordo com a Folha, há no documento nomes, patentes e até os contatos dos militares envolvidos no esquema, que permitiu que o ouro ilegal, drogas e armamentos circulassem livremente nas terras Yanomamis.

Toda a operação aconteceu entre julho e agosto de 2019, para a criação de uma barreira de controle no baixo rio Mucajaí, que fica no oeste da capital Boa Vista. À época quem estava à frente da Funai era o policial Marcelo Xavier.

O jornal questionou quais providências foram tomadas pela Funai sobre o caso durante a gestão bolsonarista, no entanto, não obteve resposta. O Ministério da Defesa e o Exército também foram procurados, mas não falaram nada.

Terra Indígena Yanomami em Roraima invadido pelo garimpo ilegal

Projeto propõe prisão de CAC que não informar extravio ou roubo de arma

A Câmara dos Deputados avalia a possibilidade de alterar o Estatuto do Desarmamento para incluir no crime de omissão de cautela a não comunicação por colecionador, atirador desportivo e caçador (CAC) de furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo.

Pelo estatuto, a omissão de cautela consiste em deixar de observar as medidas necessárias para impedir que menor de 18 anos ou pessoa com deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob a posse de uma pessoa ou que seja de propriedade dela. A pena é de detenção (um a dois anos) e multa.

O texto em análise é o Projeto de Lei 2680/22, apresentado pelo deputado Bira do Pindaré (PSB-MA), líder da bancada, e outros cinco parlamentares.

"O número de armas furtadas, roubadas, extraviadas ou perdidas pertencentes a CACs aumentou 35,9% em 2021 em relação ao ano anterior", afirmam os autores.

"Esse número equivale a uma média de três armas de fogo desaparecidas por dia, e o total de extravios acompanhou o aumento de registros de CACs no país, que cresceu 62,6% entre 2020 e 2021", dizem os deputados na justificativa da proposta.

Segundo a legislação adotada pelo governo anterior, que se caracterizou pelo incentivo ao armamento da população, os CACs podem adquirir desde revólveres a fuzis de repetição.

As pessoas registradas como atiradores podem ter até 60 armas. Aquelas categorizadas como caçadores podem ter até 15 armas potentes. Já os indivíduos que colecionam armas não têm limite de quantidade especificado.

De acordo com especialistas, o que tem ocorrido com a explosão do número de CACs é que muitas das armas adquiridas de maneira regular acabam parando na mão do crime organizado.

Uma das primeiras ações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após assumir o governo foi a assinatura de um decreto que muda as regras para a aquisição e o registro de armas de fogo (Decreto 11.366/23).

O decreto suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e munições de uso restrito por caçadores, atiradores e colecionadores e por particulares.

Além disso, suspende a liberação de autorizações para abertura de novos clubes e escolas de tiro e a concessão de novos registros de CACs.

Familiares participaram de uma romaria em memória das vítimas

Familiares protestam contra a impunidade nos quatro anos do crime da Vale em Brumadinho

Em 2023, são completados quatro anos desde o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que deixou 270 pessoas mortas e despejou milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração na bacia do Rio Paraopeba em Minas Gerais. Ainda, ninguém foi responsabilizado pela tragédia.

Além de justiça, familiares de três vítimas ainda aguardam a chance de se despedir. Os bombeiros mantêm buscas diárias pelos desaparecidos.

Na última terça-feira (24), a Justiça Federal aceitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra 16 pessoas e as empresas Vale e Tüv Süd pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Os envolvidos foram denunciados por homicídio qualificado, além de crimes contra a fauna, crimes contra a flora e crime de poluição.

As investigações concluíram que a realização de perfurações verticais foi o gatilho para a liquefação que provocou o rompimento da estrutura, que já estava frágil, no dia 25 de janeiro de 2019.

Apesar de ter conhecimento dos problemas da barragem, a consultora Tüv Süd emitiu Declarações de Condição de Estabilidade que permitiram que a estrutura continuasse funcionando mesmo com fator de segurança abaixo do recomendado por padrões internacionais. A mineradora sabia da situação e apresentou os documentos às autoridades.

Centenas de pessoas participam nesta quarta-feira dos atos que marcam os quatro anos do rompimento da barragem em Brumadinho, ocorrido na mesma data em 2019. A catástrofe-crime foi um dos piores episódios da história do Brasil, que matou 272 pessoas.

As atividades da IV Romaria Pela Ecologia Integral a Brumadinho tiveram início por volta das 7h30 com a acolhida dos participantes nas dependências da igreja matriz de São Sebastião e uma coletiva de imprensa com lideranças atingidas, organizadores, movimentos populares e assessorias técnicas independentes.

Uma missa presidida por Dom Vicente Ferreira, bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, foi celebrada na Praça da Matriz. Os atingidos usaram faixas para reivindicar direitos e girassóis para homenagear as joias. Em seguida, os "romeiros" seguem em caminhada até o letreiro de Brumadinho, onde ocorreu um ato público organizado pela Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo rompimento (Avabrum).

"Nós só vamos experimentar Cristo se a gente não abandonar nossos irmãos que foram triturados por um crime hediondo. Se eu não enxergar Deus em Brumadinho, não enxergaremos em nenhum outro lugar", disse Dom Vicente Ferreira.

De acordo com a coordenação da Região Episcopal Nossa Senhora do Rosário, organizadora do evento, a Romaria é "um clamor profético de anúncio e denúncia amparado em eixos que tratam do cuidado com o planeta e duas criaturas": memória pelas jóias, justiça contra a impunidade dos responsáveis e esperança de novas alternativas de cuidado com os mais pobres.

Caminhada e encontro no letreiro: Ato por Justiça em memória das vítimas fatais, as joias. Após a Missa, os Romeiros seguiram em caminhada para o encontro com o Ato em homenagem às joias, realizado pela Avabrum. O ato acontece por todo dia 25 de cada mês no letreiro de Brumadinho, como forma de marcar a luta e a esperança por justiça.

Às 12:28 minutos, familiares e romeiros se reuniram no abraço simbólico ao letreiro e lançaram aos céus, os balões que simbolizam cada vida ceifada.

"Hoje, estamos aqui em uma mistura de sentimentos. Estamos aqui pelas pessoas que foram moídas por aquela avalanche de minério, muitas delas, das vítimas, estavam com o prato na mão para o horário sagrado do almoço. A Vale sabia que isso ia acontecer. E hoje, ela segue matando, dia a dia. Por que uma justiça tão demorada?", disse Maria Regina Silva da Avabrum.

À frente dos trabalhos de busca, os bombeiros trabalham ininterruptamente por mais de 1.400 dias para recuperar os corpos das centenas de vítimas que se perderam em meio à lama da barragem rompida. Segundo o tenente-coronel Ivan Neto, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, "desde o começo da operação o Corpo de Bombeiros se faz presente sem ter parado um único dia. A gente teve duas interrupções de busca durante a pandemia e o período de chuvas, mas nunca da operação. Durante esse tempo, as estratégias de busca foram evoluindo. À medida que a eficiência de uma estratégia ia diminuindo, a gente ia se reinventando", explica.

Desde agosto de 2022, os bombeiros aplicam a oitava estratégia nas buscas por corpos. Ela foi desenvolvida por militares da corporação em conjunto com profissionais da mineradora e empresas contratadas. O tenente-coronel explica alguns dos métodos empregados e aponta que as medidas aumentam a eficiência dos trabalhos.

Segundo os bombeiros, aproximadamente 60% do rejeito vazado da barragem já foram vistoriados. Resta, portanto, 40% do material para ser analisado. Ivan Neto comenta que a grande quantidade de trabalho a ser feito pode ser tratada como uma esperança para os familiares que ainda esperam pela identificação de segmentos corpóreos.

Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Comprovar prova de vida passará a ser responsabilidade do INSS, define Ministério da Previdência

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, assinou uma portaria determinando que a prova de vida, procedimento essencial para continuar recebendo benefícios previdenciários, deve ser feita pelo próprio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O anúncio da medida foi feito durante evento que comemorou os 100 anos da Previdência Social, nesta terça-feira (24).

A avaliação é de que o novo sistema é mais justo com os segurados porque evita o sacrifício de idosos com dificuldades físicas. "Por que o cidadão tem que provar que está vivo, e não o INSS? Muitos não têm condições físicas ou quem os leve a um posto ou banco para provar a sua vida", questionou.

Todos os benefícios ativos do INSS de longa duração precisam da prova de vida anual, tais como: aposentadorias, pensão por morte e benefícios por incapacidade.

A nova medida estabelece que o INSS, via cruzamento de dados, terá dez meses, a partir da data de aniversário do beneficiário, para comprovar que o titular está vivo. Caso o órgão não consiga fazer a comprovação nesse período, o segurado ganhará mais dois meses para realizar a prova de vida. Nesse caso, o beneficiário será notificado pelo aplicativo "Meu INSS", por telefone pela Central 135 e pelos bancos para identificar-se e informar o governo.

O procedimento também poderá continuar a ser feito pelo segurado, basta seguir os procedimentos tradicionais, indo a uma agência bancária ou se manifestando no aplicativo "Meu INSS".

Em 2023, o INSS deverá comprovar a situação de cerca de 17 milhões de benefícios, entre aposentadorias, pensão por morte e benefícios por incapacidade.

Tânia Rego/Agência Brasil

Em reunião com representantes da Americanas, sindicatos defendem manutenção de empregos e direitos

Dirigentes sindicais representantes de comerciários de várias regiões do país e presidentes de centrais sindicais se reuniram na terça-feira (24) com dirigentes da Americanas para discutir sobre a manutenção dos empregos e garantia de direitos dos 44 mil trabalhadores da empresa.

Com rombo de R$ 43 bilhões em suas contas, após a divulgação de fraude contábil que levou a empresa a um pedido de recuperação judicial, o futuro dos empregados das Lojas Americanas em todo o país é incerto, embora o fato de a empresa ter pedido recuperação judicial não implique necessariamente em dispensa de funcionários, já que a recuperação visa exatamente a preservação da empresa.

O encontro foi o primeiro desde que o escândalo estourou, no início deste mês e reuniu de forma virtual dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS), Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo (Fecomerciários e seus sindicatos filiados), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT Nacional) e UGT São Paulo, e Federação dos Comerciários do Rio Grande do Sul, Também participaram dirigentes de Sindicatos dos Comerciários de diversos estados, entre eles do Rio de Janeiro – onde a empresa tem a sua sede -, e sindicatos de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Distrito Federal, Paraíba e Pernambuco.

"Até o momento, não há demissões no Rio, mas mantemos diariamente contato com os trabalhadores, preocupados. O clima nas lojas é de apreensão e incerteza", disse o presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, Márcio Ayer.

"Vamos lutar para que nenhum comerciário seja prejudicado e pague com seu emprego pelo descaso dos empresários das Lojas Americanas", acrescentou Márcio Ayer.

Para o presidente da Federação dos Comerciários de São Paulo, Luiz Carlos Motta, "o objetivo é proteger os trabalhadores e, para tanto, é natural que também defendamos o não fechamento de lojas. Por isso, estamos abertos ao diálogo com a diretoria da empresa", disse.

'Privatização da água no RJ elevou tarifa e investimento não avançou'

Paulo Sérgio, vice-presidente do Sintsama-RJ e presidente da CTB-RJ

MPT-MS

Ações de combate ao trabalho escravo resgataram 2,5 mil pessoas em 2022

Em 2022, grupos de combate ao trabalho escravo resgataram 2.575 pessoas da condição de trabalho análogo à escravidão. Os crimes são cometidos principalmente contra homens negros e nordestinos (80% dos resgatados, conforme dados do seguro-desemprego), mas não exclui jovens, mulheres e crianças, que são retirados de uma situação de trabalho mais do que precário. É "trabalho" sem salário, sem qualquer direito, muitas vezes sem acesso à água potável, alimentação ou condições dignas de estadia.

Entre as principais áreas fiscalizadas usando mão de obra análoga à de escravo, estão: cultivo de cana-de-açúcar; produção de carvão vegetal; cultivo de alho, café, maçã e soja; extração de pedras e madeira; criação de bovinos; construção civil; restaurantes e confecção de roupas.

O resgate dessas 2.575 pessoas foi resultado de 432 operações realizadas em todo o Brasil por grupos de fiscalização compostos pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), pela Defensoria Pública da União (DPU), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF), entre outros órgãos. Foi o maior número de trabalhadores resgatados em um ano desde 2013.

As ações ocorreram mesmo após sabotagem à fiscalização contra o trabalho escravo durante o governo Bolsonaro. De acordo com o Ministério, a verba destinada à Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho caiu de R$ 68,2 milhões, em 2019, quando Bolsonaro assumiu, para R$ 30,4 milhões em 2022, uma redução de 55%. Em 2021, a área teve o menor valor registrado, apenas R$ 23,6 milhões.

Mesmo diante dos cortes de verbas, as ações foram mantidas frente às 1.973 denúncias sobre trabalho escravo feitas no ano passado, conforme o MPT, um aumento de 39% em relação a 2021.

Minas Gerais é o estado com o maior número de casos, com 326 denúncias, seguido por São Paulo (324) e Rio Grande do Sul (125). O número de termos de ajustes de conduta (TACs), também cresceu no ano, com uma alta de 17%, além de aumento de 8% na quantidade de ações civis públicas (ACPs) sobre o tema, ajuizadas pelo órgão.

Segundo a coordenadora nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conaete), Lys Sobral Cardoso, as instituições vêm promovendo avanços na repressão ao crime. "Apesar de ainda encontrarmos casos de trabalho escravo tantos anos após a abolição formal da escravatura no Brasil, o aumento do número de denúncias e de resgates revela que o Estado está conseguindo aperfeiçoar, cada vez mais, o combate às violações de direitos no país", afirmou.

O vice-coordenador da Conaete, Italvar Medina, destacou a quantidade de vítimas resgatadas. "Desde 2013, não havia mais de 2 mil trabalhadores resgatados em um mesmo ano. Esses números chamam atenção para o fato de que o trabalho escravo ainda é uma realidade marcante no país, podendo ser encontrado em qualquer local, tanto em cidades, quanto no meio rural", apontou Medina.

HP — CHARGE DO ÉTON

"Precisamos de um projeto nacional para o setor que consiga, de fato, enfrentar os problemas do Brasil", afirma líder sindical

Desde que assumiu o novo governo e alterou as estruturas dos ministérios, o presidente Lula retomou o debate sobre a revisão do marco regulatório do Saneamento. De acordo com a Medida Provisória 1154/2023, que define os ministérios, a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) passa a ser vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e fica excluída a redação da Lei 14.026/20 que dava à Agência a finalidade de regular os serviços de água e esgoto, abrindo o mercado para a participação de empresas privadas.

Exemplo recente de privatização na área, já sob a lei do governo Bolsonaro, foi o caso da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), privatizada em abril de 2021. Para falar sobre o tema, entrevistamos Paulo Sérgio Farias, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região (Sintsama-RJ) e presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil do Rio (CTB-RJ). Paulo Sério faz um relato não só sobre a Cedae, mas também sobre as consequências das privatizações de serviços essenciais à população, como luz e transporte, ocorridas nos últimos anos no Rio de Janeiro.

Veja abaixo:

***HP**: Como você avalia o debate sobre o marco regulatório do saneamento no país?*

Paulo Sérgio: O primeiro ponto importante a ressaltar é que o Brasil dispõe de uma reserva gigantesca de água em seu território e há uma distribuição muito desigual, fruto de uma opção política dos sucessivos governos que, ao longo da história, não priorizaram as obras de saneamento nem a questão da universalização do abastecimento de água para a população.

É uma situação que, há muito tempo, nós, trabalhadores do ramo de saneamento, sempre lutamos para que fosse uma realidade do Brasil, por entender que isso faz parte de uma ideia, de um projeto de nação, de nação desenvolvida. A primeira questão é essa: a grande riqueza que o Brasil detém, uma riqueza incomensurável de água. E essa riqueza é alvo de uma cobiça internacional, consagrada nesta lei que foi aprovada no governo Bolsonaro, na lei 14.026. A entrada das empresas privadas tem essa ambição: o controle desse imenso recurso brasileiro para seus fins privativos.

A primeira questão a ressaltar é essa: o domínio, a captura dessa riqueza nacional pelas empresas transnacionais, na contramão do que vem acontecendo em muitas partes do mundo, em que há uma reversão das privatizações. Porque as privatizações não entregam aquilo que prometem.

***HP**: O que a privatização da Cedae, no Rio, pode mostrar sobre esse tema?*

P. Sérgio: Sempre lutamos contra a privatização das empresas públicas de saneamento por entender que essa questão é, essencialmente, uma tarefa que tem que estar na mão do estado, conduzida pelos governos para resolver os problemas que o Brasil tem e que não são poucos. A cobertura da coleta, tratamento e destinação de esgoto ainda tem números muito pequenos em relação ao tamanho do Brasil. Ainda estamos muito longe da universalização. A cobertura no abastecimento de água também ainda não atingiu aqueles números que a gente gostaria que tivesse, e não será a iniciativa privada que vai resolver esse problema porque não resolveu nos municípios em que o serviço foi entregue à iniciativa privada.

Aqui no Rio de Janeiro, em Niterói, o serviço foi privatizado e apenas a região urbanizada tem um abastecimento regular. A periferia de Niterói não tem saneamento e não tem abastecimento regular de água organizado, principalmente para a população mais carente. Ao pessoal dos morros, das favelas, das periferias não chega água regularmente. Na região de Cabo Frio, Região dos Lagos, temos a mesma situação. Uma região que é centro turístico, importante para o Rio de Janeiro, virou depositário de esgoto porque não tem obras, estação de tratamento de esgoto e por aí vai. A iniciativa privada não entregou no Rio, por exemplo, após as privatizações recentes, os investimentos que foram prometidos para que as privatizações ocorressem.

A privatização aqui tem o sinônimo da "bilheteria". Porque a Cedae, empresa pública, continua com a produção da água, mas a distribuição, a parte econômica, a arrecadação, ficam com as empresas privadas. E não houve nenhum investimento até agora de melhoria do sistema. Nenhum investimento foi feito. Até agora, a empresa só arrecadou. E mais, com o aumento da tarifa, como havíamos dito. Nos primeiros meses já de privatização, a empresa aumentou em 9% o valor da tarifa. Essa privatização foi isso. Apenas a bilheteria da empresa.

***HP**: Quais foram as consequências da privatização para a população, para os trabalhadores?*

P. Sérgio: De lá para cá, a Cedae implementou um programa de desligamento violento e, consequência desse processo de desligamento, diminuiu de tamanho, ficando apenas com a produção, como relatei. A produção e mais nada. Já as empresas distribuem e arrecadam a tarifa. E por outro lado, as empresas privadas que operam as áreas que foram concedidas, como a empresa Águas do Brasil e outras, contrataram muita gente, é verdade. Existiu um processo de contratação de um número expressivo de pessoas, mas a massa salarial caiu muito. O que nós tínhamos de trabalhadores especializados na Cedae, como é o caso da Sabesp e outras empresas estaduais de saneamento, que são trabalhadores formados ao longo do tempo, com especialização em determinadas tarefas que são inerentes ao processo de produção, tratamento, distribuição e manutenção do sistema, esses trabalhadores saíram da Cedae. Alguns migraram para essas empresas privadas, mas os salários foram lá para baixo. O piso salarial de entrada hoje é R$ 1.287, enquanto na Cedae esse piso era 150% a mais. Então, as consequências diretas foram os baixos salários. Baixos salários e péssimas condições de trabalho.

Confira a íntegra da entrevista em horadopovo.com.br

Reprodução

Brasil retorna à Celac após Bolsonaro

7ª Cúpula da Celac: países da AL se comprometem investir no crescimento conjunto

A 7ª reunião da Cúpula da Comunidade Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), realizada em Buenos Aires, destacou a importância de investimento em infraestrutura e novos mecanismos para a integração desenvolvimentista dos países da região.

Os países signatários da Declaração de Buenos Aires, aprovada pela reunião, firmaram o "compromisso em avançar com determinação o processo de integração, promovendo a unidade e diversidade política, econômica e social de nossos povos".

Entre as infraestruturas fundamentais para o desenvolvimento e integração regional, o documento ressalta os "corredores bioceânicos", a hidrovia Paraguai-Paraná, projeto que envolve o Brasil, e projetos de integração energética que busquem a "complementariedade dos recursos energéticos da região".

A Declaração também aponta que a "educação é uma ferramenta-chave do projeto regional de integração para impulsionar o bem-estar das pessoas, das comunidades e das nações".

Além disso, busca caminhos para a recuperação econômica dos países do grupo após a pandemia de Covid-19, que "agravou os níveis de pobreza, insegurança alimentar e nutricional, endividamento e desigualdade social".

A Celac destaca "a importância de priorizar a recuperação econômica sustentável com um enfoque cooperativo, inclusivo, equitativo e solidário".

A reunião da Cúpula da Celac teve como marca a volta do Brasil ao grupo de países. Jair Bolsonaro tirou o país da Celac em 2020 para enfraquecer os laços entre os países latino-americanos e apontar para a submissão aos interesses dos Estados Unidos.

O presidente Lula, em discurso feito aos demais líderes latinoamericanos e caribenhos afirmou que o Brasil atuará "em prol da integração regional e na consolidação de uma região pacífica, baseada em relações marcadas pelo diálogo e pela cooperação", seguindo sua tradição diplomática que foi "lamentavelmente" quebrada por Bolsonaro.

Segundo ele, a integração regional deve acontecer a partir de investimentos em "infraestrutura física e digital, criação de cadeias de valor entre nossas indústrias e de mais investimento em pesquisa e inovação".

"Nossa estratégia de desenvolvimento deve caminhar passo a passo com a redução da desigualdade em suas diversas dimensões, com a garantia de direitos fundamentais", completou o presidente do Brasil.

Colômbia: Gustavo Petro anuncia reformas para o fortalecimento da Saúde pública e Previdência

Projeto será enviado nos próximos dias ao Congresso "a fim de assegurar avanços em matéria de aposentadoria, saúde, trabalho e serviços públicos", afirmou o presidente colombiano.

"O que começa hoje, nesta fase do governo, é apresentar as reformas ao Congresso da República para voltar a garantir os direitos dos colombianos e das colombianas. Esses direitos estão na Constituição em matéria de aposentadoria, saúde, trabalho e serviços públicos", afirmou o presidente Gustavo Petro, durante evento em Duitama, no departamento [estado] de Boyacá.

Respaldada pelas entidades sindicais e do movimento popular como um importante avanço, a eliminação da intermediação das atuais Empresas Prestadoras de Saúde (EPS) foi defendida por Petro. São negócios que lucram enormemente com as doenças, abandonando os cidadãos. Nos últimos dias, essas empresas têm se utilizado da mídia comercial – na qual anunciam – para propagandear um suposto "retrocesso" que as modificações trariam na qualidade de atenção dos pacientes. Nada mais falso.

Conforme Petro, o objetivo é melhorar a qualidade dos serviços, migrando para um sistema preventivo no qual as pessoas evitem as doenças "até onde seja possível" e "os médicos cheguem às casas de quem vive em lugares remotos, atendendo mulheres grávidas ou camponeses, que não têm recursos".

Fortalecer a presença do Estado em uma área tão sensível, reiterou, é uma forma de atender a milhões que se encontram relegados: "É um modelo preventivo de saúde que existe na maior parte do mundo, onde não caíram no conto de que a saúde é um negócio".

A mesma lógica, advertiu o presidente, vale para a reforma da Previdência, onde o atual sistema "em que a pessoa poupa durante anos, mas não alcança para ter uma aposentadoria". Daí, frisou, a importância de "que uma parte importante das contribuições sejam poupadas no fundo público". Tais mudanças, esclareceu, permitirão ao Estado "pagar um bônus previdenciário decente de 500.000 pesos mensais (US$ 110)" a cada um dos cerca de três milhões de idosos, com mais de 65 anos, que necessitam da aposentadoria e que atualmente não contam com nada para sobreviver. Na prática, destacou, se trata de alcançar a cobertura integral no sistema previdenciário e garantir que, quando uma pessoa envelheça, não fique abandonada.

A reforma trabalhista, esclareceu Petro, busca enfrentar a precarização, a fim de "que os colombianos e as colombianas possam voltar a ter estabilidade e dignidade", com direito aos benefícios sociais, férias e jornada digna de trabalho. Herdadas do período neoliberal, as atuais relações trabalhistas acabam "levando uma pessoa à condição de escravo", condenou.

Após conseguir que o Congresso aprove uma reforma tributária que ampliasse a tributação do grande capital, fortalecendo assim as finanças públicas, Petro agora apresentará esses projetos para ampliar o atendimento público.

Refinarias e portos param contra o ataque de Macron às pensões

CGT

Petroleiros, portuários e eletricitários entraram em greve por dois dias

Conforme pesquisa do Instituto Elabe, 72% dos franceses repudiam o projeto de Macron, que visa aumentar a idade das aposentadorias para os 64 anos

Trabalhadores das refinarias, portos e centrais elétricas da França paralisaram suas atividades na quinta e na sexta-feira, 26 e 27, no processo de preparação da jornada nacional de greves e mobilização da próxima terça-feira (31), convocada pela chamada Intersindical que une todos os sectores de atividade em repúdio projeto do governo de aumentar a idade legal de aposentadoria dos 62 para os 64 anos.

Uma sondagem recente do instituto Elabe para o canal BFM TV mostra que o descontentamento da população com a iniciativa se mantém elevado: quase três quartos dos pesquisados (72%) se posicionaram contra o projeto de Macron, que também aumenta o período de contribuições para 43 anos para ter direito à pensão completa a partir de 2027 e elimina os regimes especiais de pensões.

A greve no sector da Energia, convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), enfrentou ameaças do governo a partir da RTE, empresa responsável pela segurança do abastecimento elétrico, que enviou recados aos grevistas avisando que os cortes na produção comprometem a segurança e o funcionamento da rede e teria consequências graves.

Porém, os trabalhadores em greve conhecem bem a estrutura de energia do país e, de acordo com a CGT, levaram a cabo uma série de ações que chamaram de "Robin dos Bosques" de norte a sul e de leste a oeste do país, para "intensificar o equilíbrio do poder" na luta contra a reforma das pensões.

Assim, por toda a França, "forneceram eletricidade ou gás de graça" a escolas, habitações a custo controlado e hospitais, cobraram tarifas reduzidas às pequenas empresas e restabeleceram o serviço de energia aos usuários que tinham ficado privados dele.

A referência a Robin Hood, cuja lenda diz que pegava dos ricos para dar aos pobres, foi "apropriada", disse Philippe Martinez, secretário geral da CGT à FranceInfo.

SINDICATOS

O movimento sindical unificado emitiu um comunicado, na quarta-feira passada, em que reafirma a oposição ao projeto de reforma das pensões, que será apresentado à Assembleia Nacional.

"Esta reforma é tanto mais injusta quanto atinge duramente todos os trabalhadores e, sobretudo, os que começaram a trabalhar cedo, os mais precários, mas também aqueles cujo ofício penoso não é reconhecido", alertaram.

Neste sentido, apelam ao reforço das iniciativas em toda a França contra esse projeto "injusto e brutal", e que se baseia nas afirmações enganosas do governo segundo as quais o sistema está em perigo.

Para as organizações sindicais, as propostas devem ser outras, passando por políticas reais de emprego, a luta contra as desigualdades e o acesso à formação profissional.

"As preocupações dos franceses, hoje, são o emprego, os salários e o poder de compra", sublinham, reforçando a mobilização geral.

Fim do cerco nazista a Leningrado e o triunfo do espírito humano na 7ª Sinfonia de Shostakovich

Há 80 anos, em 18 de janeiro de 1943, os soviéticos faziam a primeira ruptura ao cerco nazista sobre Leningrado – estabelecendo contato entre os que lutavam no interior da cidade e as forças soviéticas – a caminho de levantar o cerco, o que ocorreria quase um ano depois, em 27 de janeiro de 1944, 872 dias após haver sido estabelecido pelos nazistas.

Foi também, durante o cerco, quando o maestro Dmitri Shostakovich, que compôs sua 7ª Sinfonia, a "Leningradoskaia", em homenagem à luta pela libertação da cidade, a teria executada em primeira mão pelos músicos que, com parquíssima alimentação, resistiam no interior da cidade. Naquele momento, como afirmou o maestro, Karl Eliasberg, que conduziu a sua estreia, no interior da cidade, em 9 de agosto de 1942, ainda sob pleno cerco, "triunfamos sobre a desalmada máquina de guerra nazista".

Desta sua sinfonia, o compsitor Shostakovich destacou: "Dedico minha 7ª Sinfonia à nossa luta contra o fascismo, à nossa vindoura vitória sobre o inimigo, a minha cidade natal, Leningrado".

Segue o artigo, escrito pela cineasta e escritora norte-americana Nora Hoppe para o portal The Saker, no qual aborda os diversos aspectos da resistência e dos passos traçados pelo povo de Leningrado até a vitória sobre a besta invasora e de como o maestro Shostakovich participou desta batalha

NORA HOPPE*

Reprodução

Estreia da obra de Shostakovic na Leningrado sob cerco

O maestro integrou o corpo de bombeiros da cidadde

A Sétima Sinfonia de Shostakovich foi escrita em 1941, principalmente durante o cerco de Leningrado pelas forças nazistas. Quando teve sua estreia na cidade devastada pela guerra em 9 de agosto de 1942 – interpretada pelos músicos sobreviventes e emagrecidos da Orquestra da Rádio de Leningrado, complementada por artistas militares, diante de um público faminto, mas eufórico – foi aclamada como um farol universal de resistência à barbárie.

O maestro, Karl Eliasberg, que conduziu sua apresentação de estreia, concluiu que "naquele momento, triunfamos sobre a desalmada máquina de guerra nazista".

"Naquela pacífica manhã de verão de 22 de junho de 1941, eu estava a caminho do Estádio de Leningrado para assistir ao meu jogo de futebol favorito de domingo" , escreveu Dmitri Dmitrievich Shostakovich, "mas o discurso de rádio de Molotov me encontrou correndo pela rua... a existência construtiva foi rudemente destruída!" A invasão nazista da Rússia trouxe as hordas de Hitler para os portões de Leningrado.

Foi naquela mesma data que Adolf Hitler lançou a Operação Barbarossa (o plano para a invasão da União Soviética)

De acordo com o plano alemão para a Frente Oriental, a tarefa original da formação estratégica alemã conhecida como Grupo de Exércitos Norte era conquistar Leningrado em meados de setembro de 1941. No entanto, isso se mostrou impossível. A mobilização da população civil para criar linhas defensivas no sul da cidade – principalmente mulheres, já que os homens trabalhavam nas fábricas ou tinham que ir para o front – e a forte resistência do Exército Vermelho impediu que os alemães tomassem a cidade como uma 'tempestade', como gostariam.

Em julho de 1941, Franz Alfred Six, líder do "Comando Avançado Moscou do Einsatzgruppe B", disse a oficiais militares alemães: "Hitler pretende estender a fronteira oriental do Reich até a linha Baku-Stalingrado-Moscou-Leningrado... Surgirá uma 'faixa ardente' na qual toda a vida será apagada", acrescentando: " Pretende-se dizimar cerca de 30 milhões de russos que vivem nesta faixa por meio da fome, removendo todos os alimentos". Six adiantou que Leningrado seria arrasada e que todos os alemães estavam "proibidos, sob pena de morte, de dar a um russo até mesmo um pedaço de pão". Sob o comando do marechal de campo Wilhelm Ritter von Leeb, o "Grupo do Exército do Norte" avançou em Leningrado pelo sul, enquanto as forças militares finlandesas estavam estacionadas no norte (sua participação no bloqueio consistia principalmente na recaptura de terras perdidas na Guerra de Inverno). O objetivo era cercar Leningrado, cortando assim todas as comunicações com a cidade e impedindo que os defensores recebessem suprimentos. A política de fome dos alemães era a principal arma a ser usada contra os cidadãos. 'Cientistas' alemães já haviam calculado que a cidade chegaria à fome depois de apenas algumas semanas.

Na sexta-feira, 27 de junho de 1941, o Conselho de Deputados da administração de Leningrado organizou os "grupos de primeira resposta" de civis. Nos dias seguintes, a população civil de Leningrado foi informada da ameaça nazista e mais de um milhão de cidadãos foram mobilizados para a construção de fortificações.

Shostakovich, de 34 anos, que na época era chefe do departamento de piano do Conservatório de Leningrado, apresentou três pedidos solicitando ser enviado ao Exército Vermelho e depois à Milícia do Povo, mas foi recusado por ambos por razões médicas – devido à sua visão deficiente. Em vez disso, o compositor foi aconselhado a "bater no inimigo com a arma que possuía".

* Cineasta e ecritora norte-americana

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Reprodução

Mao Ning, porta-voz do Ministério do Exterior da China

"EUA é o principal instigador da crise ucraniana", denuncia MRE da China

"EUA é o principal instigador e força motriz da crise ucraniana, eles estão continuamente fornecendo armas pesadas e ofensivas à Ucrânia, prolongando e intensificando o conflito", afirmou a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Mao Ning, nesta segunda-feira (30), expressando a posição de Pequim sobre a questão.

Ela observou que, se os Estados Unidos quisessem que a crise acabasse mais rápido e "se realmente se preocupam com a segurança do povo ucraniano, deveriam parar de enviar armas e visar os lucros com a guerra".

"É necessário contribuir de forma responsável para a mais rápida desescalada e criar circunstâncias e condições favoráveis para as negociações de paz pelas partes envolvidas", sublinhou Mao Ning.

Desde o início dos conflitos e a indiscriminada campanha de sanções contra Moscou, a China expressou repetidamente seu apoio a uma resolução pacífica do conflito.

LENHA NA FOGUEIRA

"O nosso governo está constantemente fazendo todos os esforços possíveis para facilitar a resolução pacífica da crise ucraniana assim como da questão da Península Coreana, e para manter conversações relevantes", enfatizou a diplomata ao comentar sobre a próxima visita a Pequim do secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken.

Acrescentou que "alguém que joga lenha na fogueira e acusa os outros assume uma postura imoral e irresponsável", e que o seu país se opõe a que os Estados Unidos realizem exercícios militares conjuntos com as Forças Armadas da República da Coreia perto da fronteira com a China, o que agravaria as contradições. A postura e a estratégia de Pequim nessas questões "são baseadas em fatos e experiências históricas", acrescentou.

"Esperamos que EUA tome medidas para se aproximar da China, busque o diálogo em vez do confronto, a cooperação mutuamente benéfica em vez do antagonismo", enfatizou Mao Ning.

Antony Blinken deve visitar a China em 5-6 de fevereiro e se reunir com o ministro das Relações Internacionais da China, Qin Gang. A informação foi confirmada por seu Ministério.

Premiê alemão se dobra a Washington e concede tanques Leopard a Kiev

Depois de algumas semanas de idas e vindas, o primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, se dobrou às pressões de Washington e anunciou na quarta-feira (25) que Berlim irá enviar ao regime de Kiev 14 tanques Leopard 2 de fabricação alemã, e que está liberando outros países que os possuam a fazerem o mesmo. Em Washington, em paralelo, o presidente Joe Biden anunciou que os EUA enviarão 31 tanques M1 Abrams para sua guerra por procuração contra a Rússia na Ucrânia.

Enquanto a polêmica na aliança imperialista sobre os novos panzer rumo a leste não se resolvia, o Kremlin, através do porta-voz Dmitri Peskov, já havia alertado que destino os espera: "vão arder". A Rússia tem enfatizado que entupir de armas o regime de Kiev só dificultará de chegar a uma solução e causará mais sofrimento aos ucranianos.

Segundo Biden, governos subalternos europeus concordaram em enviar tanques suficientes para equipar dois batalhões de tanques ucranianos – o que deverá influenciar no resultado do conflito tanto quanto as armas antes entregues, como o Himars e outros sistemas. Também na quarta-feira, com dias de atraso, o regime de Kiev reconheceu a queda de Soledar, no Donbass, para as forças russas.

De acordo com a Associated Press, o pacote de US$ 400 milhões recém anunciado já incluiu 8 veículos de esteira M88 usados para rebocar os M1 Abrams quando eles quebram. As entregas alemães começariam em três-quatro meses e as dos tanques norte-americanos, até possivelmente em um ano. Na descrição de diferentes órgãos de mídia, Scholz estaria "relutante" em ver tanques alemães no campo de batalha na Ucrânia, e queria que Washington "abrisse o caminho primeiro" fornecendo seus tanques M1 Abrams.

Ao final, Scholtz – mais conhecido em Kiev como Salsicha de Fígado – fez a genuflexão que lhe foi indicada, aliás, "consultas intensivas com nossos aliados e parceiros internacionais", e a Casa Branca formalizou o anúncio dos Abrams, ao estilo "vai que eu já vou".

Outros países europeus já se prontificaram a se desfazerem de seus próprios tanques Leopard para atender ao regime neonazista de Kiev e matar russos. Entre eles, Polônia, Espanha, Portugal e Finlândia. Quanto aos M1 Abrams, até então o Pentágono vinha se opondo, alegando serem muito caros e complexos para operar e manter para serem de grande utilidade para a Ucrânia.

Leia a matéria completa no site do HP

Ministério de Relações Exteriores da Rússia denunciou o bombardeio deliberado:

"Ataque a hospital em Lugansk é crime de guerra ucraniano"

(RIA-Novosti)

Hospital na cidade de Novoaidar foi alvo das tropas de Kiev em plena atividade

(Michael M. Santiago/AFP)

Manifestação em Nova Iorque repudia o racismo e o assassinato do jovem negro

Instalação hospitalar foi destruída com lançador de foguetes HIMARS, fabricado e doado pelos EUA a Kiev. O ataque deixou 14 civis mortos e 24 feridos

O lançamento premeditado de foguetes ucranianos contra o hospital de Novoaidar, na República Popular de Lugansk (RPL), no sábado (28), é mais um "crime de guerra" do regime de Zelensky e de "seus amos ocidentais", denunciou o Ministério das Relações Exteriores da Rússia, enfatizando que "todos os envolvidos no seu planejamento e execução serão encontrados e responsabilizados".

Até o fechamento desta edição, 14 pessoas já haviam perdido a vida e outras 24 apresentavam diferentes tipos de ferimentos, além da equipe médica, pelo ataque feito pelo sistema de lançamento múltiplo de foguetes HIMARS (High Mobility Artillery Rocket System), fornecido pelos EUA.

"O bombardeio deliberado de instalações médicas civis, bem como a morte intencional de civis, são crimes de guerra graves do regime de Kiev e de suas marionetes ocidentais", condenou a chancelaria.

De maneira contundente, as autoridades russas assinalaram que a ausência de uma resposta dos governos estadunidense e de outros países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) a tão flagrante e tamanho ato de barbárie representa uma "monstruosa violação" do direito internacional humanitário por parte do regime de Kiev. "Isso mais uma vez confirma seu envolvimento direto no conflito e sua participação nos crimes que estão sendo cometidos", acrescentou.

Da mesma forma, condenou a chancelaria russa, "as estruturas internacionais destinadas a proporcionar uma avaliação imparcial de tais atos também guardam silêncio".

O aporte oficial do ocidente às Forças Armadas da Ucrânia já supera a cifra de US$ 100 bilhões, com vários ministros e assessores do governo Zelensky já tendo caído após a descoberta da mais deslavada corrupção que vai de equipamentos e geradores de energia até o superfaturamento da alimentação das tropas.

Deixando claro não ter se tratado de um ato acidental ou isolado, pouco mais tarde as tropas ucranianas dispararam 17 foguetes contra Novaya Kakhovka, na região de Kherson, um terço dos quais também explodiu no território do hospital local.

Líderes russos e sul-africanos apoiam substituição do dólar no comércio entre seus países

Especialistas e diplomatas da Rússia e África do Sul se reuniram, naw quarta-feira (25), no Clube Valdai de Discussões Internacionais em Moscou, para debater o fortalecimento das relações entre os países em meio ao novo contexto geopolítico.

"Já sabemos bem qual a moeda que não vamos usar nas nossas relações com a África: o dólar", disse o Chefe do Secretariado do Fórum de Parceria Rússia-África, embaixador Oleg Ozerov, em entrevista à correspondente da Sputnik Brasil, Ana Livia Esteves. "Isso nos abre muitas possibilidades, como o uso das moedas nacionais [...] o yuan e a moeda em discussão no BRICS", afirmou durante o encontro.

No entanto, o embaixador acredita que hoje a Rússia deve focar no uso de moedas nacionais nas transações comerciais, uma vez que a moeda única do BRICS que facilitará transações entre Rússia e África na busca por um mundo multipolar "no qual os países sejam livres para implementar o modelo econômico que considerarem adequado, sem pressões externas", é um projeto de médio a longo prazo.

"Precisamos trabalhar com mais convicção no uso do rublo [...] e considerar o rand, que não é só a moeda nacional da África do Sul, mas de todos os países da União Aduaneira da África Austral", salientou Ozerov.

O presidente russo, Vladimir Putin, assinalou em junho de 2022, que o BRICS terá "uma moeda de reserva internacional com base na cesta de moedas dos nossos países".

O projeto de criar uma moeda única do BRICS deve ganhar força em meio ao aumento do uso de sanções econômicas como instrumento de pressão geopolítica por parte de países que apóiam a política dos EUA.

Esse tipo de moeda seria utilizado exclusivamente para transações comerciais internacionais, e não substituiria as moedas nacionais dos países-membros. O projeto em debate nos BRICS tem como objetivo diminuir a dependência do dólar e coincide com o que o presidente Lula defendeu em visita à Argentina, nesta segunda-feira 23. Em conversa com jornalistas ao lado do presidente argentino Alberto Fernandez, Lula assinalou: "Se dependesse de mim, a gente teria comércio exterior sempre nas moedas dos outros países para que a gente não tenha que depender do dólar. Por que não tentar criar uma moeda comum entre os países do Mercosul? Por que não tentar criar uma moeda comum entre os países do BRICS?"

Durante visita à África do Sul, na segunda-feira (23), o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, elogiou a resistência sul-africana às pressões exercidas pelos países hostis à Moscou.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Brutalidade policial e o assassinato de Tyre Nichols causam protestos nos EUA

Autoridades Memphis divulgaram na noite da sexta-feira (27) mais de uma hora de filmagem mostrando a brutal agressão de cinco policiais ao jovem negro Tyre Nichols no início deste mês. Os materiais divulgados incluem três vídeos de câmera corporal de agentes e um vídeo de 31 minutos extraído de uma câmera de vigilância de um poste da rua.

Diante da indignação generalizada que se espalhou pelos EUA, a unidade policial especializada Scorpion, da qual faziam parte os policiais que espancaram Tyre Nichols, foi dissolvida permanentemente no sábado (28), em meio aos protestos em várias regiões do país.

No dia 7 de janeiro, o trabalhador dos correios Tyre foi abordado por policiais que o acusaram de direção imprudente, algo que não foi registrado, nem provado. As imagens reveladas são desses policiais arrancando violentamente o rapaz de dentro do seu carro e o agredindo. Em seguida, as imagens captadas de uma câmera próxima à casa de Tyre mostram ele algemado, sem reação, sendo barbaramente espancado e gritando por sua mãe. Ele ainda chegou a ser socorrido e levado ao hospital onde morreu três dias depois.

Em entrevista, a mãe de Tyre, RowVaughn Wells, que morava a apenas a 80 metros do local onde seu filho era agredido e gritava por ela, disse: "nenhuma mãe deveria passar pelo que estou passando agora, nenhuma mãe (deveria) perder seu filho da maneira violenta como perdi meu filho".

(Scott Olson/AFP)

Câmera de vigilância em Memphis registrou agressões que provocaram a morte de Tyre Nichols, três dias após

"JUSTIÇA PARA TYRE"

Milhares de pessoas se mobilizaram na noite da sexta-feira e continuaram durante o sábado em Memphis e outras cidades como Nova York, Sacramento, Los Angeles, Atlanta, Filadélfia, Seattle, em repúdio à violência policial, portando faixas com dizeres "Pare a guerra na América Negra"; "Justiça para Tyre Nichols", e lembrando o assassinato de outros cidadãos negros pelas mãos da polícia racista, como o caso de George Floyd.

Na capital norte-americana, centenas de pessoas protestaram em frente à Casa Branca depois de terem sido reveladas as imagens do espancamento.

O caso George Floyd, muito lembrado nestes dias, aconteceu em maio de 2020, quando foi assassinado por asfixia, no meio da rua, desarmado e algemado, com o pescoço sob o joelho de um policial branco racista em Minneapolis.

Quase um terço de todas as pessoas mortas pela polícia nos EUA em 2021 eram afro-americanos, apesar de representarem apenas 13% da população do país, de acordo com a organização Mapping Police Violence.

Os cinco policiais que espancaram o jovem Tyre Nichols, todos eles negros mas integrados ao racismo da corporação. Os agentes Demetrius Haley, Desmond Mills, Jr. Emmitt Martin III, Justin Smith e Tadarrius Bean, que foram presos em Memphis, acusados de assassinato em segundo grau, agressão, sequestro, má conduta e opressão pelo episódio que terminou com a morte de Nichols. Os registros mostram que quatro deles foram soltos sob fiança após a prisão no Condado de Shelby na manhã da sexta-feira (27).

A congressista do Partido Democrata Coris Bush, que representa um distrito no estado de Missouri onde aconteceram fortes protestos após a morte de um jovem negro pela polícia em 2014, disse que as acusações legais "não são suficientes".

"Nosso país continuará autorizando a morte de negros até que (...) o sistema policial racista, baseado na escravidão e no controle do governo, seja desmantelado", escreveu o deputados em comunicado.

"O 'Projeto-lei George Floyd', se tivesse sido tornado lei, poderia ter feito alguns destes policias pensar duas vezes. O Senado e o Congresso têm de enfrentar estes problemas de direitos civis e isso passa pelo 'projeto-lei George Floyd para o policiamento'. Nós vamos tomar posição em Memphis e lutar como nunca antes para aprovar esta lei federal de policiamento", afirmou o líder da luta pelos Diretos Civis nos Estados Unidos, o reverendo Al Sharpton, também comissário do Conselho para o Estatuto Social dos Rapazes e Homens Negros da Florida.

Zelensky destruiu a Ucrânia e a atirou 'no fogo da guerra', diz opositor exilado

O ex-líder exilado do maior partido de oposição da Ucrânia, Viktor Medvedchuk, afirmou em entrevista à RT que Vladimir Zelensky "destruiu a Ucrânia e a atirou no 'fogo da guerra'" e que há "muitas pessoas que discordam do atual regime de Kiev e que representam 'outra Ucrânia', não a de Bandera [colaborador nazista da Segunda Guerra Mundial]" e que "nada têm a ver com as declarações e neonazismo do presidente".

"Conquanto a guerra esteja sendo travada na Ucrânia, esta guerra não é para a Ucrânia, mas para os interesses do Ocidente, dos EUA, do Reino Unido e de muitos outros países, que estão brigando com a Rússia. Eles fizeram da Ucrânia, através do governo de Zelensky, uma espécie de campo de testes ou um posto avançado em seu confronto com a Rússia", denunciou.

Medvedchuk foi ex-chefe de administração no governo Kuchma (2002-2005) e por quatro vezes eleito deputado; encabeçava o agora banido, assim como outros 11 partidos, Plataforma de Oposição – Pela Vida, que nas eleições na Ucrânia de 2016 conquistou a segunda maior bancada no parlamento, por defender laços mais estreitos com a Rússia e rejeitar a postura pró-Otan do regime de Kiev.

A Ucrânia de hoje viola todas as disposições de sua própria constituição, argumentou Medvedchuk, e "deixou de ser independente e soberana" após o golpe de fevereiro de 2014, quando "passou completamente para o controle externo do Ocidente".

"Gostaria de relembrar o que muitos esquecem hoje em dia, infelizmente. Sobre o que aconteceu pouco antes de 24 de fevereiro. Eu estava dando muitas entrevistas e falava sobre isso também. Sobre a necessidade de evitar a guerra, de fazer de tudo para evitá-la. Zelensky poderia fazer alguma coisa? Tenho certeza: ele poderia. E além disso, ele tinha que fazer. Ele tinha que seguir os Acordos de Minsk. Você ouviu as revelações de [ex-chanceler alemã] Angela Merkel e de François Hollande [ex-presidente francês François]".

Quando Zelensky afirma que a Ucrânia está unida, ele omite que essa unidade foi forçada sob a mira de uma arma, afirmou o ex-deputado. "Ele representa a Ucrânia alegando que o povo ucraniano se uniu e se manteve forte em termos de narrativa antirrussa e da russofobia idiota. Isso não é verdade. Para além do 'anti-Rússia', há pessoas na Ucrânia que têm medo de falar sobre isso publicamente, mas nunca apoiaram a natureza e o conteúdo da relação entre a Ucrânia e a Rússia que surgiu hoje. Essas pessoas são ucranianas. Tal como eu. Há pessoas que são contra as políticas de Zelensky. Esta outra Ucrânia deve ser ouvida."

O objetivo do Ocidente é "incitar algum tipo de confronto dentro da Rússia, processos que possam enfraquecer a liderança russa", que é o que Zelensky está tentando fazer, disse Medvedchuk à RT. No entanto, "é claro que a Ucrânia não pode derrotar a Rússia, devido a circunstâncias factuais bem conhecidas".

A Ucrânia de hoje viola todas as disposições de sua própria constituição, enfatizou Medvedchuk, e "deixou de ser independente e soberana".

Leia mais no site do HP

O aniversário sombrio: há 90 anos, Hitler chegava ao poder na Alemanha

"O Ocidente coletivo, em suas relações com a Ucrânia, é muito semelhante aos anglo-saxões da década de 1920-30 em suas relações com o Terceiro Reich", diz o economista russo, Valentin Katasonov

Volodymyr Zelensky (Reprodução)

O pesquisador russo Valentin Katasonov nos traz, neste artigo que relembra os 90 anos da subida de Hitler ao poder, as semelhanças entre o comportamento apaziguador e estimulador dos países imperialistas da época em relação a Hitler, com o farto financiamento feito hoje, pelo imperialismo americano e seus aliados, do regime nazi-ucraniano.

"Uma vez que Hitler e o Terceiro Reich eram vistos como uma parte importante do projeto geopolítico da Internacional Financeira, o Ocidente concedeu à Alemanha fascista o tratamento de nação mais favorecida na esfera do comércio, investimento, crédito, reparações e obrigações de dívida", diz o autor.

Ele destacou a reação dócil do ocidente com o calote anunciado por Hitler em 1934. "O Terceiro Reich deu o passo mais decisivo na política de 'evasão da dívida' em 14 de junho de 1934. O Reichsbank (o banco central da Alemanha) anunciou a cessação do pagamento de dívidas externas e juros sobre elas", descreveu.

"Os credores receberam certificados de que poderiam se transformar em títulos de três por cento com um vencimento de 10 anos. Durante 1934, a dívida alemã foi reduzida em 97%. Somente naquele ano, a decisão unilateral de Berlim salvou a Alemanha de mais de um bilhão de marcos".

Lembre-se de que, após o Decreto do Conselho dos Comissários do Povo da RSFSR de 21 de janeiro de 1918 "Sobre o cancelamento dos empréstimos estatais", segundo o qual o Estado soviético se recusou a cumprir obrigações com outros Estados sobre empréstimos e empréstimos dos governos czarista e provisório, o Ocidente imediatamente estabeleceu um bloqueio comercial, marítimo e de crédito dos soviéticos. E então a intervenção militar começou.

No entanto, nada disso aconteceu em relação à Alemanha, que declarou o que agora é chamado de "calote soberano". Confira o artigo de Katasonov na íntegra!

S.C.

VALENTIN KATAZONOV (*)

Um dos aniversários sombrios de 2023 é o 90º aniversário da ascensão de Hitler ao poder. Em 30 de janeiro de 1933, ele assumiu o cargo de chanceler do Reich da República de Weimar. Começaram os preparativos abertos para a Alemanha (que se declarou o Terceiro Reich) para uma grande guerra.

É um fato bem conhecido que Hitler foi levado ao poder pelos países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial, principalmente a Inglaterra e os Estados Unidos. Isso é evidenciado pelo fato de que, mesmo antes de Hitler chegar ao poder, a economia alemã já havia começado a ser bombeada por banqueiros e industriais anglo-saxões. No entanto, apesar do renascimento da economia da República de Weimar, ela não conseguiu evitar a crise econômica que em 1929 cobriu todo o mundo ocidental.

COLAPSO DE 29

A produção industrial entrou em colapso de 40% entre 1929 e 1933. E esta crise acabou por ser um presente para Hitler. Na esteira do crescente descontentamento com a situação socioeconômica, ele conseguiu chegar ao poder, declarando-se uma expressão dos interesses do povo trabalhador.

Então, tendo chegado ao poder, o Führer fez uma virada para o grande capital. Na esfera econômica estrangeira do Terceiro Reich, três pontos principais relacionados à ascensão de Hitler ao poder podem ser notados.

Primeiro, o influxo de capital anglo-saxão para a Alemanha continuou e até aumentou em comparação com a década de 1920.

Em segundo lugar, Hitler decidiu parar completamente de pagar reparações pela Alemanha; foi plenamente implementada e sem quaisquer protestos dos países vitoriosos.

Em terceiro lugar, o Führer também anunciou o fim do cumprimento do terceiro Reich das obrigações sobre a dívida externa.

Vou me concentrar no último.

Algumas das dívidas externas que a Alemanha tinha no início de 1933 foram formadas como resultado do recebimento de empréstimos no período pré-guerra. Em 1924, Washington adotou o Plano Dawes, que declarou o objetivo da rápida recuperação econômica da Alemanha. Em 1924-1929, a Alemanha recebeu US $ 4 bilhões em empréstimos e créditos dos anglo-saxões no âmbito deste plano. (dos Estados Unidos – em 2,5 bilhões, do Reino Unido – em 1,5 bilhão de dólares).

Com base na taxa de câmbio da época, o montante indicado de créditos e empréstimos contraídos pode ser estimado em 16,8 mil milhões de marcos. E a dívida total da Alemanha em 1930 aumentou para 25 bilhões de marcos (Artigo "Dívidas militares" // Encyclopedia of Banking and Finance. Ed. por C. Wolfel. Per. de Inglês – Moscou: CJSC "Publishing House "Fedorov"", 2000).

De acordo com dados oficiais alemães, o montante da dívida externa da Alemanha era de cerca de 19 bilhões de marcos em fevereiro de 1933. A grande maioria da dívida externa da Alemanha veio de credores dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Os detentores da dívida alemã (na forma de empréstimos bancários e títulos do tesouro alemão) eram principalmente bancos estrangeiros, bem como outras organizações, além de indivíduos.

DÍVIDA EXTERNA

Todas as exportações alemãs em 1933 totalizaram 4,87 bilhões de marcos. Consequentemente, a dívida externa total da Alemanha em fevereiro de 1933 excedeu as exportações anuais em quase quatro vezes!

Os planos de Dawes e Jung (o segundo plano substituiu o primeiro em 1930) previam atrasos significativos no pagamento dos montantes principais da dívida, e havia sérias indulgências no serviço da dívida (ou seja, pagamentos de juros). Durante o período de 1924 a 1930, os pagamentos da dívida da Alemanha aos Estados Unidos totalizaram 449 milhões de Reichsmarks. Este montante foi de apenas 4,3% em relação ao montante de empréstimos e créditos recebidos na Alemanha dos Estados Unidos durante o mesmo período de tempo.

Uma vez que Hitler e o Terceiro Reich eram vistos como uma parte importante do projeto geopolítico da Internacional Financeira, o Ocidente concedeu à Alemanha fascista o tratamento de nação mais favorecida na esfera do comércio, investimento, crédito, reparações e obrigações de dívida.

Hitler começou a ignorar abertamente até mesmo os termos preferenciais para o pagamento da dívida externa, que estavam previstos no plano de Jung. A Alemanha procurou regularmente assinar acordos com os credores sobre o retardo dos pagamentos de empréstimos contraídos, sobre a reestruturação da dívida, bem como sobre a conversão de empréstimos de curto prazo em empréstimos de longo prazo.

Em fevereiro de 1933, apenas uma semana depois que Hitler chegou ao poder, os principais credores da Alemanha concordaram em assinar outro acordo para adiar a prestação de serviços e o pagamento de empréstimos. Um ano depois, em fevereiro de 1934, um novo acordo de atraso de pagamentos foi assinado.

Ao mesmo tempo, Hitler intensificou a busca por novos empréstimos no exterior. Um papel importante nisso foi desempenhado pelo banqueiro Hjalmar Schacht (em março de 1933 ele chefiou o Reichsbank). Em fevereiro de 1933, ele convenceu o encarregado de negócios dos EUA em Berlim de que o regime fascista "não representa perigo para os negócios americanos na Alemanha".

WALL STREET

Em maio de 1933, como emissário de Hitler, Schacht se reuniu com representantes de Wall Street. Os Estados Unidos concederam novos empréstimos à Alemanha no valor de US$ 1 bilhão. E em junho de 1933, durante uma viagem a Londres e uma reunião com o diretor do Banco da Inglaterra, Montague Norman Schacht, ele buscou um empréstimo inglês de US $ 2 bilhões.

Berlim compreendeu perfeitamente as regras do jogo que Washington e Londres lhe impunham. Em 15 de junho de 1933, em uma conferência econômica internacional em Londres, a delegação alemã promulgou o chamado Memorando Hugenberg, em homenagem ao chefe da delegação, o Ministro da Economia da Alemanha. Schacht e Rosenberg participaram da elaboração do documento.

Por um lado, o memorando pretendia intimidar a Europa e a América com o perigo do bolchevismo, demonstrando a prontidão da Alemanha para organizar uma "cruzada" contra os soviéticos. Por outro lado, como um preço a pagar por tal disposição, ele pediu o retorno de suas colônias na África e novos empréstimos.

O Terceiro Reich deu o passo mais decisivo na política de "evasão da dívida" em 14 de junho de 1934. O Reichsbank (o banco central da Alemanha) anunciou a cessação do pagamento de dívidas externas e juros sobre elas. Em vez disso, os credores receberam certificados de que poderiam se transformar em títulos de três por cento com um vencimento de 10 anos. Durante 1934, a dívida alemã foi reduzida em 97%. Somente naquele ano, a decisão unilateral de Berlim salvou a Alemanha de mais de um bilhão de marcos.

SANÇÕES À URSS

Lembre-se de que, após o Decreto do Conselho dos Comissários do Povo da RSFSR de 21 de janeiro de 1918 "Sobre o cancelamento dos empréstimos estatais", segundo o qual o Estado soviético se recusou a cumprir obrigações com outros Estados sobre empréstimos e empréstimos dos governos czarista e provisório, o Ocidente imediatamente estabeleceu um bloqueio comercial, marítimo e de crédito dos soviéticos. E então a intervenção militar começou.

No entanto, nada disso aconteceu em relação à Alemanha, que declarou o que agora é chamado de "calote soberano". Os Estados Unidos e a Inglaterra, por assim dizer, nem sequer notaram a ousada diligência de Berlim, continuando a fornecer os bens necessários para a Alemanha e abrindo através de subsidiárias neste país a produção de armas e equipamentos militares.

Um quadro completo e detalhado da posição da dívida da Alemanha na véspera da eclosão da Segunda Guerra Mundial não foi dado em nenhum lugar em fontes abertas. Existem apenas alguns números gerais sem decifrar seu conteúdo, métodos de cálculo. Assim, em uma fonte, o valor da dívida externa da Alemanha em setembro de 1940 em 14,8 bilhões de marcos é chamado. (Timoshina T.M. História Econômica dos Países Estrangeiros. – M.: Justicinform, 2006, p. 309).

De acordo com outra fonte, durante o período 1932-1940, a dívida externa da Alemanha diminuiu de 20 para 10 bilhões de Reichsmarks. No entanto, este declínio ocorreu não como resultado de pagamentos de boa-fé da Alemanha, mas devido à "reestruturação", ou a uma anulação unilateral banal de parte da dívida externa.

Vale lembrar que nas conferências de Yalta e Potsdam de 1945, as questões das reparações que a Alemanha e seus aliados tiveram que pagar aos vencedores no final da Segunda Guerra Mundial foram discutidas. Os países vitoriosos ocidentais (Estados Unidos, Grã-Bretanha e França) nessas conferências levantaram a questão de que, ao calcular as reparações para a Alemanha, é necessário levar em conta que a Alemanha ainda tem uma grande dívida descoberta para reparações da Primeira Guerra Mundial. E essas dívidas antigas precisam ser adicionadas aos novos requisitos de reparação.

No entanto, os vencedores ocidentais preferiram não tocar na questão das dívidas não cobertas da Alemanha em empréstimos. Porque então o papel indecoroso desses países ocidentais na preparação da Segunda Guerra Mundial com a ajuda da Alemanha e do enfurecido Führer seria destacado. Mais informações sobre isso podem ser encontradas no meu livro: "A Rússia no mundo das reparações" (Moscou: "Oxigênio", 2015).

RELAÇÕES COM A UCRÂNIA

Em conclusão, gostaria de notar que hoje o Ocidente coletivo em suas relações com a Ucrânia é muito semelhante aos anglo-saxões dos anos 1920-30 em suas relações com o Terceiro Reich. Então os anglo-saxões bombearam dinheiro para a Alemanha, e agora os Estados Unidos, seus aliados mais próximos e o FMI fornecem a Kiev assistência de crédito em quantias completamente incomparáveis com suas capacidades econômicas.

Na ocasião, o Terceiro Reich realmente deixou de cumprir suas obrigações soberanas (em 1934), e agora Kiev permitiu repetidamente a evasão de suas obrigações de dívida, que deveriam ser inequivocamente reconhecidas como inadimplências.

Na ocasião, os patronos anglo-saxões de Hitler não notaram o calote do Terceiro Reich, continuando a alimentar a Alemanha com capital e bens, e agora Washington, Londres e outros patronos de Zelensky continuam a abastecer o "Reich ucraniano" com dinheiro, armas e munições.

E tudo porque mesmo naquela época os conspiradores anglo-saxões precisavam de Adolf Hitler e da Alemanha para destruir a Rússia, e hoje Vladimir Zelensky e a Ucrânia são necessários para os sucessores modernos da conspiração anglo-saxã para destruir a Rússia.

(*) Doutor em Ciências Económicas, Membro Correspondente da Academia de Ciências Económicas da Rússia. É presidente da Sociedade Econômica Russa S.F. Sharapov